



ELD



PORTE
PAGO

ANO IX
N.º 116
MENSAL
DEZEMBRO
1983
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

1974-1984

DIA 14 DE JANEIRO EM LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL VAI ABRIR COMEMORAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

**ASSEMBLEIA DEFINIRÁ REIVINDICAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO
DURANTE O ANO DE 1984**

PÁG. 7

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 30 dos Estatutos, convocam-se todos os sócios para uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária, a realizar no próximo dia 14 de Janeiro de 1984 (sábado), com início às 13 h 30, no Anfiteatro da Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, sita na Avenida Prof. Egas Moniz (junto ao Hospital de S.ª Maria), em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Comemorações do 10.º Aniversário da ADFA — acção e reivindicações durante o ano de 1984.
2. Apreciação da proposta do Conselho Nacional sobre inquérito mandado instaurar por deliberação da Assembleia Geral Nacional de 9/4/83.
3. Actualização de quotas.
4. Criação de uma Cooperativa de Habitação no Porto.
5. Venda do imóvel da ADFA sito na Rua do Embaixador em Lisboa.

ADFA, 13 de Dezembro de 1983

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL
O PRESIDENTE

António J. Lavouras Lopes



Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Setúbal desfilando frente à Delegação

A ADFA deseja
BOAS FESTAS
a todos os sócios
e leitores do **ELD**

EDITORIAL

Apesar de muitas vezes abordado nas colunas deste jornal, o tema «Vida Associativa» exige um tratamento cada vez mais profundo. Daí a insistência, na certeza de que não ficará ainda hoje tão dissecado quanto seria desejável, nem de forma nenhuma esgotado o assunto.

Um facto já considerado como questão pacífica, e que ressalta por demais evidente, é o reduzido empenhamento de uma parte considerável da massa associativa. Em contrapartida, a participação atinge níveis elevados sempre que surgem momentos críticos, nomeadamente quando a segurança ou mes-

(Continua na pág. 3)

CONTACTOS ENTRE A ADFA E O MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- PROJECTOS DE DIPLOMAS PENDENTES EM ANÁLISE
- QUESTÃO DO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA DE NOVO NA ORDEM DO DIA

PÁG. 5

DELEGAÇÃO DE SETÚBAL INAUGURADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



Inauguração da Delegação de Setúbal. Vê-se, ao fundo, à direita da porta: José Rosas, Francisco Lobo e Lopes Dias

Finalmente, ao fim de nove anos de muito trabalho e muitas contrariedades, inclusive as cheias de Novembro, foi inaugurada a nova delegação de Setúbal da ADFA, no passado dia 11 de Dezembro.

Mais de duzentos sócios e familiares participaram nesta festa, que ganhou foros de festa pública, com o desfile da Fanfarrinha dos Bombeiros Voluntários de Setúbal que alegremente percorreram, a ruas desde o pavilhão do Clube Naval Setubalense, onde se efectuaram jogos, até à nova delegação local em que, ao som do Hino Nacional foram hasteadas as bandeiras de Portugal e da ADFA. O presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Francisco Lobo, presidiu a esta cerimónia abrindo simbolicamente, as portas da delegação.

As catorze horas realizou-se no restaurante Quintal, um almoço de convívio em que participaram duzentas e vinte pessoas. Foi uma ótima oportunidade de convívio dos sócios e familiares que trouxeram consigo grande número de crianças. Durante o almoço foram distribuídos os troféus das provas desportivas e medalhas comemorativas da inauguração. Terminada a refeição, o Presidente da Delegação de Setúbal, José Rosa, realizou um improvisado em que realçou o facto desta inauguração, ser o fruto de nove anos de muito trabalho, não só por parte dos órgãos locais como também dos órgãos centrais: «*ela é fruto do bem querer de todos os deficientes das Forças Armadas*». Continuando, caracterizou o carácter ideológico dos dirigentes desta Delegação, «*libertos de todas as ideologias que temos lá fora, as portas da Associação estão abertas a todos os deficientes sejam*

eles quem forem». Lamentou a ausência da APD e da APACDM que devem ter tido algum impedimento em comparecerem, pois as relações existentes são bastante boas. Realçou o trabalho de vários sócios, nomeadamente: Abílio, Faria, Lucas, Mosca, Valdimiro, e Viana que conjuntamente com o esforço de muitos outros sócios têm possibilitado o funcionamento da Delegação.

Em nome da Direcção Central, Lopes Dias encerrou as festividades com um discurso bastante eloquente em que começou por salientar a forte inserção desta Delegação da ADFA no seio da comunidade. Agradeceu particularmente a presença do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, presença essa que caracterizou, com um testemunho, da linha prosseguida pela Associação de partilhar as suas actividades com todos os organismos de deficientes o que, às vezes não é

correctamente entendido devido «*à natural agressividade dos DFA's*». Salientou ainda que, «*a nossa actuação se pauta pela isenção político-partidária, se bem que não sejamos apolíticos, pois os nossos problemas são essencialmente políticos*».

Mudando de assunto, Lopes Dias referiu-se ao X Aniversário como devendo ser, «*não só um ponto de chegada mas também um ponto de partida*», disse terminando, «*os nossos problemas estão longe de estar resolvidos e só o estarão se os*

deficientes se mantiverem activos».

As 9 horas da manhã começaram os sócios da ADFA a concentrar na Praça do Bocage, junto à antiga delegação de Setúbal. As instalações encontravam-se com o aspecto confrangedor que as inundações provocaram, a água inundou totalmente este velho edifício destruindo bastante material, algum dele por estrear, que se destinava à nova sede. De realçar que no número de Novembro do jornal «Elo», saído no dia 15, tínhamos alertado para o perigo de inundações a que essa delegação estava sujeita, o que infelizmente veio a acontecer quatro dias depois.

No pavilhão do Clube Naval realizaram-se jogos de basquetebol e futebol de salão, num ambiente pleno de vivacidade e alegria que, atingiu o auge, quando cá fora se começaram a fazer

ouvir os acordes das cornetas e o rufar dos tambores da Fanfarrinha dos Bombeiros Voluntários de Setúbal que, evoluindo alegremente com elegantes marionetes à frente, percorreram as ruas desta cidade até à Rua Almeida Garrett onde, frente à delegação, tocaram o Hino Nacional durante o hastear das bandeiras de Portugal e da ADFA. A abertura simbólica das portas da delegação foi feita pelo presidente da Câmara de Setúbal, a convite da Direcção Central da ADFA. Francisco Lobo, produziu uma alocução onde se congratulou com a abertura desta nova sede, que considerou de interesse público para a cidade. Mostrou-se impressionado com o jogo de basquetebol em cadeira-de-rodas para ele um, exemplo de «*como as pessoas se podem superar a si mesmas*». A causa destes deficientes foi a guerra, «*peço que nos devemos opor a esse perigo que paira*

sobre a nossa cabeça». Francisco Lobo terminou lamentando não ter a Edilidade possibilidades de apoiar mais eficazmente os deficientes, embora considerasse que «*isso compete essencialmente aos organismos vocacionados e, as responsabilidades a nível nacional devem ser definidas*».

Lopes Dias, entrevistado de seguida, agradecendo a todos os presentes, particularmente ao Presidente da Câmara, após o que percorreram as instalações onde não foi possível entrar todos de uma só vez, tantas eram as pessoas presentes.

Nestas instalações ficarão doravante instaladas a secretaria, uma sala de convívio com biblioteca, bar e televisão. Será instalada futuramente uma loja para venda de artigos ortopédicos, com o objectivo de tornar esta delegação auto-suficiente.



Aspecto do Almoço de Convívio no restaurante «Quintal»

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO GRUPO DE TRABALHO SOBRE BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS E TRANSPORTES

Uma das áreas a que o Secretariado Nacional de Reabilitação tem dedicado especial atenção é, sem dúvida, a questão da eliminação de barreiras arquitectónicas e a acessibilidade aos transportes públicos.

Com efeito, tem funcionado no SNR, com maior ênfase, a partir do Ano Internacional do Deficiente, um grupo de trabalho sobre barreiras arquitectónicas, coordenado pelo senhor engenheiro Carretas, técnico do SNR e no qual tem participado desde a primeira hora a ADFA, através de um associado, grande deficiente motor primeiramente Andrade Pinto e mais recentemente Filipe Maltês.

Dada a vastidão dos problemas que nesta área se levantam, o Grupo de Trabalho subdividiu-se em subgrupos, de molde a encontrarem-se ao nível das transportadoras nacionais soluções viáveis tanto na acessibilidade aos transportes, como na adaptação dos mesmos, de molde a facilitar a livre circulação das pessoas deficientes.

Em todos estes subgrupos a ADFA tem mantido

regularmente a sua presença, reivindicando construtivamente, as medidas que urge tomar, de molde a que, nesta área, sejam eliminadas ao máximo as barreiras, que afinal prejudicam todos os cidadãos que, numa circulação cada vez mais apressada e que só agora, os arquitectos e engenheiros se começam a convencer da necessidade da sua eliminação.

Das empresas transportadoras que tem feito parte destes subgrupos, há que realçar a abertura e a sensibilidade da CARRIS e CP, que já avançaram com a adopção de medidas concretas como é o caso dos mini-bus e a eliminação de barreiras arquitectónicas nas gares de S. Bento e St.ª Apolónia, e com a entrada em funcionamento, nesta última, de uma rampa móvel que permite o acesso às composições, por deficientes que se deslocam em cadeiras de rodas.

Apesar de considerarmos insuficiente as medidas já postas em prática, não podemos deixar de registar com algum agrado, o esforço desenvolvido por estas duas empresas, esperando-

-se que continuem a ser premeáveis às soluções que os deficientes exigem nesta área e, que numa acção de participação construtiva, continuaremos a fazer chegar, através do SNR.

Contrariamente, quanto à Rodoviária Nacional e Metropolitano, não tem havido qualquer abertura no sentido de também naqueles transportes os deficientes, nomeadamente os motores, tenham acesso.

Não podemos compreender que uma empresa como a Rodoviária Nacional, que cobre todo o país, não esteja minimamente sensibilizada para esta questão, ignorando a existência de milhares de deficientes motores que, como qualquer outro cidadão tem direito a deslocar-se nos veículos da RN.

É preciso gastar algum dinheiro e formar pessoal, mas são custos sociais que, como tantos outros, têm que ser assumidos pela Rodoviária Nacional e pelo Metropolitano.

Pensamos que todas as empresas transportadoras têm que ter em conta, nos seus planos de acção, tanto em matéria de aumento de

frotas de novas gares ou remodelação destas, que entre os utentes dos meios de transporte, existem milhares de cidadãos portadores de graves deficiências motoras, que como os outros têm direito a livre circulação e utilização dos equipamentos públicos.

E não nos venham dizer que são necessárias avultadas verbas, quando a questão é muito mais de planeamento e, é isso que falta em Portugal.

Somos um país de improvisadores e são sempre as minorias que sofrem mais de perto as incapacidades dos nossos técnicos, que à falta de espírito criador e brio profissional, se desculparam sempre com a falta de verbas.

Tanto nesta área das barreiras arquitectónicas, como em todas as outras, temos consciência do longo caminho a percorrer, mas não desistiremos da luta: acusando os que nada querem fazer; e incentivando os que, apesar de pouco, começaram já a encarar soluções que vêm de encontro à satisfação dos nossos direitos.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

A nova delegação de Setúbal encontra-se situada na Rua Almeida Garrett, 70. Faz esquina com a Travessa do Bonfim.

Horário de expediente de segunda a sexta 10 às 12 e das 15 às 18 h.

Horário de convívio 18 às 19.30 e das 21.30 às 23 h. Sábado das 15.30 às 19.30 h.

SÓCIOS ENVIAM-NOS BOAS FESTAS

Têm chegado à ADFA vários cartões de Boas Festas de diversos associados que, apesar de se encontrarem mais distantes da sua Associação, alguns no estrangeiro, não quiseram deixar passar esta quadra natalícia sem deixarem de se lembrar dos seus camaradas deficientes.

Os nossos agradecimentos a todos, esperando que o espírito de solidariedade, que nos une, se torne cada vez mais forte.

DIA NACIONAL DO DEFICIENTE COMEMOROU-SE A TRABALHAR

Foi a trabalhar que a ADFA comemorou o Dia Nacional do Deficiente; desde manhã até às dez da noite, quase continuamente sem tempo sequer para jantar, os Órgãos Sociais Centrais deram entrevistas, participaram numa reunião do SNR e organizaram um Encontro no Palácio das Independência, com os Órgãos de Comunicação e Organismos de Deficientes.

«Aquele é deficiente mas vive bem!» Uma afirmação aparentemente ingénua mas que transmite bem a mentalidade da sociedade perante esta questão: «Como se o deficiente tivesse de viver mal?!...» este foi um dos problemas levantados pelo presidente da Direcção da ADFA, Lopes Dias. De facto, os deficientes vivem mal e os seus problemas continuam eternamente a aguardar resolução, conforme foi analisado num documento apresentado pela Direcção neste encontro e que vem transcrito neste jornal. Lopes Dias referiu ainda a necessidade que há de se conseguir «um censo nacional à volta das medidas a tomar na resolução dos problemas, para que estas não sejam desgarradas nem se desperdicem meios». Manifestou o agrado com que a ADFA vê a actuação do novo secretário nacional de Reabilitação que, «parece querer assumir o seu verdadeiro papel».

Alteração da Lei Orgânica do SNR

A alteração da Lei Orgânica do SNR foi uma das novidades mais importantes apresentadas nesta reunião: foi criado um grupo de trabalho no SNR, com o objectivo de elaborar um ante-projecto para alteração

da actual lei, imprimindo novamente ao SNR, o cariz democrático, com que foi criado. Esta lei tinha sido modificada por iniciativa do coronel Villá Lobos, tendo a ADFA desde a primeira hora manifestado o seu pleno desacordo, através de posições públicas e do abandono do seu lugar no Conselho Nacional. Estamos de facto a assistir a uma viragem, os deficientes passam novamente a ser consideradas pessoas responsáveis, com pleno direito de intervenção e de deliberação neste Organismo.

O movimento associativo

Carlos Pereira da CNAD, manifestou o seu agrado por ver o número de Organismos agora presentes, aumentado relativamente ao que se verificara a quando da emissão de um documento conjunto, em que foram denunciadas as características do 2.º Congresso, disse ainda que se torna cada vez mais necessária, «a organização do movimento associativo, livre de forças externas que o manipulem».

O Congresso Internacional de Deficientes, Rehabilitation International, foi outro dos problemas discutidos nesta reunião.

Estiveram presentes no encontro os seguintes órg-

ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE UMA ESPERANÇA FRUSTRADA

Da proclamação pela ONU do Ano Internacional dos Deficientes em Portugal, nada mais restou do que a determinação do dia 9 de Dezembro como dia Nacional de Deficiente.

Os Deficientes Portugueses têm um dia que, afinal, é igual a todos os outros. A sobrevivência da esmagadora maioria dos deficientes é garantida nas esquinas das ruas ou nas praças deste país estendendo a mão à caridade.

A CARTA PARA OS ANOS OITENTA que contém as orientações e os direitos em matéria de reabilitação e reintegração sócio profissionais dos, cerca de, quinhentos milhões de deficientes em todo o mundo, continua a ser totalmente esquecida em Portugal.

A década da reabilitação proclamada pela ONU e consubstanciada na Carta para os Anos Oitenta, só pode ser levada à prática se os Governos tiverem vontade para assumir uma Política Nacional de reabilitação que defina nas várias áreas os fins a atingir, a população a abranger e os meios a afectar.

Em Portugal, apesar da existência do Secretariado Nacional de Reabilitação, que constitui um instrumento do Governo para a prossecução da política nacional de reabilitação, os, cerca de um milhão de deficientes continuam à espera da adopção de medidas concretas que lhes garantam uma cidadania a que têm direito e que não pode ser mistificado por processos de boas intenções, que nem sequer paleativo chegam a ser.

Num relance podemos relembrar alguns processos de boas intenções como:

DIREITO AO TRABALHO

Decreto-Lei n.º 40/83 de 25 de Janeiro sobre trabalho protegido que continua a aguardar regulamentação.

Projecto sobre quota obrigatória e incentivo ao emprego de deficientes, mais que discutido e analisado mas que continua eternamente em projecto.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Centro de Avaliação e Reabilitação Profissional de Alcoitão (C. A. R. P.) encontra-se encerrado há vários anos, parecendo que todos os deficientes têm já formação profissional. Além do Centro de Ranholas,

aberto recentemente e destinado à formação profissional no ramo agrícola, e com uma capacidade reduzidíssima, resta-nos aguardar que sejam concluídos ou iniciados projectos que ninguém sabe quando deverão servir os deficientes, ou se alguma vez o virão a fazer.

EMPREGO

Perguntamos quantos deficientes os Centros de Emprego do Ministério do Trabalho, dotados de técnicos especializados e em quantidade suficiente, colocaram nestes últimos anos?

ACESSIBILIDADE AOS TRANSPORTES

Onde se encontra o projecto aprovado por unanimidade na Assembleia da República em 1981, e que baixou à Comissão especializada para apreciação na especialidade.

BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

Perguntamos quantos deficientes deste país não saem de suas casas, não frequentam os locais públicos, não têm acesso aos transportes públicos por razões arquitectónicas, que impedem a livre circulação às pessoas deficientes.

Que pensar de um Governo que por pressões de ordem meramente económicas congela, sine die, o Decreto-Lei 43/82 que aplicava em Portugal medidas concretas neste campo, medidas estas que já se encontram em vigor em todos os países da Europa há vários anos.

Quando reivindicamos o estatuto de cidadão de corpo inteiro para os deficientes deste país, fazê-mo-lo conscientes que, até ao momento, nenhum Governo quis assumir a defesa dos nossos direitos.

A esperança é a última coisa a morrer no coração do homem e por isso mesmo não nos demitiremos da nossa luta, não só no dia 9 de Dezembro, mas em todos os dias do ano. Sendo o problema da deficiência, mais um problema da sociedade, importa, ultrapassar essa situação, com o papel predominante da informação e perguntamos também nomeadamente, à RTP, qual o espaço no novo «mapa tipo» em que a Voz dos Deficientes se faz ouvir!

A DIRECÇÃO CENTRAL

ões de informação: NP, Comércio do Porto, RDP, Elo. A RTP esteve durante a tarde, tendo Cesário Borga efectuado uma reportagem que foi transmitida no sábado, dia 10, no programa «Fim de Semana».

Entre os organismos de deficientes, pudemos verificar a presença de: Associação de Pais e Amigos de Crianças Deficientes Auditivas; Associação de Ostiomizados; CNAD; Centro de Reabilitação de Deficientes Visuais Adultos; Fundação Shine; Liga de Cegos João de Deus.

JANELA INTERIOR

DEFICIÊNCIA E SEXUALIDADE EM FOCO

Deficiência e Sexualidade tem sido tema do Congresso Internacional, tendo-se já realizado o 4.º Congresso Internacional: Deficiência e Sexualidade, que decorreu em Paris, nos dias 8 e 9 de Outubro. O dr. José Paulo Valente Costa, psicólogo clínico, participou no referido congresso, tal como já participara no 3.º congresso, e um conjunto de artigos seus sobre Deficiência e Sexualidade vai ser publicado nos

próximos números do jornal ELO.

Janela Interior

É o título sugestivo do conjunto de oito artigos do dr. Valente Costa, em que o tema da sexualidade, que persiste em ser «tabú» na nossa sociedade, vai ser equacionado com a situação de deficiência. Indo directamente ao centro das questões, julgamos que a

afirmação «no plano afectivo-sexual, o importante não é o que se deve fazer, não é procurar modelos, mas simplesmente, procurar em conjunto o prazer físico, que servirá de suporte a um bem-estar psicológico», afirmação com que no seu relatório de participação o dr. Valente Costa procura resumir o 4.º Congresso Internacional Deficiência e Sexualidade, marca a tónica do conjunto de artigos.

COMUNICADO DA ADFA SOBRE A PAZ FOI LIDO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A propósito da Semana do Desarmamento, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que decorreu de 22 a 29 de Outubro passado, a ADFA tornou público um comunicado, juntando a sua voz à de todos os defensores da paz.

Esse comunicado, publicado na íntegra no «Elo» de Outubro, foi distribuído pelos órgãos de informação e organizações sensibilizadas para a questão do desarmamento. Foi também enviado aos órgãos de soberania. Num destes, a Assembleia da República, foi particularmente bem recebido, tendo aí sido lido na sessão plenária de 4 de Novembro, conforme a própria Mesa da Assembleia informou a ADFA.

Este facto, que aqui merece ser registado, deixa a ADFA sensibilizada e simultaneamente satisfeita, já que as singelas palavras escritas no seu curto comunicado sobre a paz mereceram a atenção da Mesa que preside aos trabalhos da Assembleia da República.

Palavras simples, livres dos estereótipos que abundantemente se vão produzindo a propósito da paz e do desarmamento, elas são o espontâneo e profundo sentir de quem se encontra marcado na sociedade por uma guerra que poderia ter sido evitada. São palavras nascidas do sentir, modeladas pela experiência da guerra e ligadas pelos sofrimentos que esta causou, desviantes em relação a uma linguagem agressivamente padronizada e que pretende ser a única capaz de exprimir o natural repúdio pela violência.

A ADFA, na semana do desarmamento, marcou a sua presença, juntando a sua voz à de todos os defensores da paz e da vida. Regista agora, com satisfação, que a sua voz se fez ouvir, desde os jornais à Assembleia da República.

EDITORIAL

(Continuação da pág. 1)

mo a existência da nossa casa são postas em causa.

Este padrão de comportamento reflecte de forma inequívoca o modo como a grande maioria encara a Associação. Se por um lado reconhece que a união é a única força capaz de se opor eficazmente a qualquer tentativa de usurpação dos direitos adquiridos, por outro só neste caso utiliza as potencialidades do associativismo. O tipo de actuação referido resulta negativamente em termos de consolidação de uma organização que se pretende forte e actuante. Urge fomentar um espírito de corpo forte que permita uma sintonia perfeita entre todos os elementos.

Se é na adversidade que muitas vezes se fortalecem os laços que unem as pessoas, é necessário aproveitar, também em tempo de bonança, todas as oportunidades que promovam um melhor relacionamento, a discussão de problemas comuns e a participação em actividades conjuntas.

Porque não já na quadra festiva que se aproxima, e dentro do espírito de fraternidade que ela simboliza, encetar uma vida associativa realmente intensa e calorosa, começando por participar com as nossas famílias e em particular com os nossos filhos na festa de Natal que a ADFA vai organizar?

No início do ano, em 14 de Janeiro, efectuar-se-á uma Assembleia Geral Nacional, onde se espera que todos os associados usem

das prerrogativas que lhes são facultadas e se tornem nessa medida também responsáveis pela gestão da nossa casa. Participar é não só um direito, mas também um dever.

Existem órgãos eleitos que assumem a gestão associativa. É imperioso ter em consideração, no entanto, que esses órgãos são meros executivos de linhas programáticas sufragadas, pelo que se reveste de vital importância a auscultação permanente do sentir de toda a massa associativa. Compete a esta pronunciar-se sobre as questões mais prementes fazendo chegar aos dirigentes as suas sugestões.

Para além da participação já referida, a Associação necessita de apoio constante nomeadamente no que se refere à contribuição financeira, traduzida esta na quotização. Receber o mais possível investindo o mínimo, tem sido o lema dos nossos associados. Há que modificar esta filosofia em benefício de todos, dado que para se projectar uma ADFA liberta de tutelas é imprescindível alcançar uma autonomia financeira cada vez maior, só possível através da criação de fontes de receita própria entre as quais a quotização assume papel importante.

Dentro desta linha de pensamento, o próximo ano pode ser extremamente fértil em acções a nível associativo, pois com as comemorações do 10.º aniversário um vasto campo se abre à colaboração de todos os associados. Aliás 10 anos de vida, merecem uma reflexão profunda, e não podem ser verdadeiramente o reflexo do que somos sem a congregação dos esforços de todos nós.

SOBRE O 2.º CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES PRESIDENTE DA DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES SINISTRADOS NO TRABALHO TORNOU PÚBLICA A SUA DISCORDÂNCIA COM A FORMA COMO FOI ORGANIZADO O CONGRESSO

O Presidente da Direcção da Associação dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST), Adriano Leite, tornou pública, nas vésperas da realização do 2.º Congresso Nacional de Deficientes, uma carta em que manifesta a sua discordância com a forma como foi organizado o congresso.

A Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho é uma das principais Associações de deficientes que fazem parte da UCNOD (União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes), senão a mais importante, considerando os potenciais associados que poderá vir a congregar — todos quantos se deficientaram no exercício de uma actividade profissional.

A posição de Adriano Leite, Presidente da Direcção da ANDST e seu dirigente mais antigo e mais conhecido publicamente, surge a par do comunicado das 5 Associações de deficientes, entre as quais a ADFA, denunciando os pressupostos político-partários em que assentou a organização do Congresso.

A carta de Adriano Leite, tornada pública em 18 de Outubro (o congresso realizou-se em 22 e 23 de Outubro), foi divulgada por alguns órgãos de informação, e o «Elo» aproveita agora a oportunidade para a publicar na íntegra, pretendendo deste modo contribuir para o aprofundamento da necessária discussão aberta do problema do associativismo de deficientes, cada vez mais urgente.

Alguns deficientes e sócios da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no trabalho, de que sou Presidente da Direcção, me têm vindo a interrogar pela minha atitude de não participar nem estar presente no 2.º Congresso Nacional de Deficientes, tendo eu sido

o primeiro deficiente a organizar e a trazer para a rua a primeira manifestação de Deficientes em Portugal, 6 de Outubro de 1974.

Pois bem, julgo-me no dever de solicitar a V. Ex.ª se dignem tornar público os seguintes pontos:

1.º Adriano Leite, Presidente da A.N.D.S.T., torna público que não participa nem está presente no 2.º Congresso N. de Deficientes por não concordar com as formas que foram adoptadas pelos seus cinco principais organizadores, formas pouco claras e muito partidárias.

2.º Porque as teses a discutir são quase na totalidade as conclusões aprovadas no 1.º Congresso realizado em Abril de 80, sem que as Associações ou a U.C.N.O.D. tenham procurado formas de sensibilizar os sucessivos Governos a pô-las na prática.

3.º Porque esses Senhores aclamam o Associativismo na teoria, mas na prática de testam-no.

4.º Porque entendo que os problemas dos Deficientes são políticos, mas não podem nem devem ser partidários.

Para melhor esclarecer estes quatro pontos, se o desejarem, fico ao inteiro dispôr de V. Ex.ª que para o qual me podem contactar pelos telefones n.º 7820972, Emprego, das 8,30 às 16 h., e 571350, residência, depois das 21 h.

Certo da boa atenção para a divulgação deste assunto para o esclarecimento dos Deficientes e público em geral, afirmando que o 2.º Congresso Nacional de Deficientes afinal não é de todos os Deficientes conforme se quer fazer querer na opinião pública, como exemplo a A.N.D.S.T. de que sou Presidente tem dois mil sócios e participa só com cerca de cinquenta, quase escolhidos a dedo e com o meu voto contra a participação da A.N.D.S.T. neste 2.º Congresso.

CARTA ABERTA DE UM DELEGADO AO 2.º CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES

Publicamos aqui, com autorização do próprio, uma carta dirigida à ADFA por Francisco Piçarra Cid, delegado ao 2.º Congresso Nacional de Deficientes que se realizou nos dias 22 e 23 de Outubro na Amadora, promovido pela UCNOD (União Coordenadora dos Organismos de Deficientes).

Recordamos que o comunicado a que a carta de Piçarra Cid se refere foi subscrito por 5 Associações de Deficientes, entre as quais a ADFA. Esse comunicado, que, além de enviado ao Congresso, foi divulgado junto dos órgãos de informação, veio publicado no «Elo» de Outubro.

Sou um deficiente visual que estive presente no 2.º Congresso de Deficientes pela APD de Beja.

Ouvi ler a carta que o conjunto de organizações de deficientes enviou ao referido congresso e estou inteliramente solidário convosco. As afirmações contidas na carta, longe de constituírem uma divisão de deficientes como lá foi afirmado, constituem um alerta a todos os deficientes para os perigos que constituem as tentativas CNOD para o seu alleamento numa organização que, por muito que tentem esconder, não é mais do que um tentáculo com que determinado partido político tenta utilizar para, em nome dos deficientes, servir única e exclusivamente os seus interesses partidários.

Embora os delegados ao Congresso tenham

sido escolhidos a dedo, quero salientar o facto de que, sempre que as moções cheiravam a política partidária, houve uma dúzia ou mais de vozes que manifestavam o seu desacordo na abstenção ou mesmo no voto contra.

Como esta carta vai ser transformada, a meu pedido, em carta aberta, aceito todas as contestações às afirmações nela contidas. Somente ponho uma condição a essas críticas: só aceitarei ser contestado por pessoas que tenham feito pelos deficientes mais ou, pelo menos, o mesmo que eu próprio continuamente faço. O trabalho em prol dos deficientes não se faz com palavras, faz-se com factos concretos e nisso estou à vontade para falar, assim outros o estivessem.

FRANCISCO PIÇARRA CID

EM 15 DE NOVEMBRO

DIRECÇÃO DA ADFA E DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL REALIZARAM ENCONTRO

Conforme noticiado no último número do «Elo», realizou-se, no passado dia 15 de Novembro, um encontro entre as Direcções da ADFA e da Associação 25 de Abril.

A reunião, que se realizou na sede da Associação 25 de Abril, no Forte do Bom Sucesso, prolongou-se por algumas horas, tendo contado com os elementos da Direcção da ADFA e da maioria dos membros da Comissão Instaladora da Associação 25 de Abril.

O tema central da reunião foi a comemoração do 10.º aniversário do 25 de Abril, tendo-se acordado em algumas formas de actuação conjuntas.

Mas esta reunião foi também oportunidade para uma informação aprofundada sobre a actuação da ADFA, que nem sempre será correctamente entendida, dadas as características muito especiais da sua conduta exclusivamente centrada

nos interesses dos deficientes e na satisfação dos seus anseios.

Atendendo ao empenhamento da ADFA nas comemorações do 10.º da sua fundação, intimamente ligada ao próprio 25 de Abril, 1984 será oportunidade para as duas Associações levarem à prática formas de cooperação efectivas.

A Associação 25 de Abril, como é sabido, deu já início às comemorações do 10.º aniversário com uma sessão solene realizada no dia 9 de Setembro passado, evocativa da reunião de capitães de 9 de Setembro de 1973 num monte alentejano. Depois disso, realizou-se já, também no âmbito das comemorações do 10.º aniversário, um convívio em Óbidos, no dia 1 de Dezembro passado, evocativo da reunião do Movimento dos Capitães que no mesmo dia e no mesmo lugar teve lugar em 1973.

Todas as restantes reuniões que se realizaram até ao 25 de Abril de 1974 serão evocadas pela Associação 25 de Abril.

Mais próximo do 25 de Abril terão lugar actividades mais intensas a que na altura nos referiremos e de que fazem parte um seminário, exposições, convívios populares, encontros culturais, etc.

Há a salientar que todas estas actividades decorrem sob a inteira responsabilidade da Associação 25 de Abril, totalmente independentes do programa das comemorações oficiais. Estas, elevadas a efeito por uma comissão de que nenhum dos mais legítimos representantes do 25 de Abril — os capitães de Abril — faz parte, têm merecido algumas reparos da Associação e um vivo descontentamento, oportunamente manifestado ao Governo.



Os responsáveis da ADFA e da Associação 25 de Abril durante a reunião

Afixar este símbolo é o primeiro passo da sua colaboração



Participe na «Campanha de Colaboração com o Surdo». O seu trabalho pode ser facilitado.

O atendimento do público é sempre fatigante. Quantas discussões e aborrecimentos se devem a uma palavra que não foi ouvida, a uma frase que se percebeu mal?

É necessário que todos aqueles que lidam diariamente com o público participem nesta campanha, para tornar mais simples a vida de quem é surdo total ou apenas ouve mal, para tornar mais simples a sua própria vida.

Evite a fadiga.

**Participe na «Campanha de Colaboração com o Surdo».
Ao ajudar está a ser ajudado.**

*Campanha
de Colaboração
com o Surdo*

Secretariado Nacional de Reabilitação

PROSSEGUEM CONTACTOS ENTRE A ADFA E O MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- Os projectos de diploma pendentes estão a ser reanalisados
- A Associação foi surpreendida por diligências sobre a sua transferência do Palácio da Independência

Num terceiro contacto da ADFA com o Ministério da Defesa Nacional, depois da tomada de posse do actual governo, que teve lugar no passado dia 23 de Novembro, com o Chefe de Gabinete do sr. Secretário de Estado da Defesa, Dr. Moreira Campos, a Direcção da ADFA obteve a garantia que os projectos de medidas legislativas pendentes irão ser analisados. Algumas delas, como é o caso da acumulação de vencimentos e pensão dos DFA que trabalham na função pública e a acumulação de pensões, encontram-se já numa fase bastante adiantada, a fim de serem aprovadas tendo, nomeadamente, recolhido já diversos pareceres das entidades interessadas. Também a questão de integração dos milícias que combateram nas ex-colónias ao lado das Forças Armadas no Decreto-Lei n.º 43/76 está bem encaminhada, aguardando-se apenas o parecer do Estado Maior do Exército. Estes deficientes, cujos acidentes foram consideradas em campanha, serão directamente abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76 ou então contemplados por um diploma próprio, a conferir-lhes o mesmo estatuto dos DFA.

Há depois a lei dos grandes deficientes aprovada em 1978 pelo Conselho da Revolução e que nunca foi publicada e ainda o projecto sobre equiparação dos deficientes com 60 por cento ou mais de incapacidade, cujas deficiências adquiridas em zonas operacionais foram considerados em serviço,

elaborado por iniciativa do Ministério da Defesa Nacional em 1981.

O Ministério da Defesa pretende agora reanalisar estas duas questões, conjuntamente com o Estado Maior General das Forças Armadas, o que irá fazer em breve.

Há ainda o projecto de extensão de direitos dos DFA aos deficientes do serviço, elaborado no Secretariado Nacional de Reabilitação em finais de 1982 e que ainda não terá chegado ao Ministério da Defesa Nacional.

Sobre os projectos anteriores, o Ministério da Defesa mostra-se disposto a proceder a uma análise, no sentido da sua possível aprovação. Isto em alternativa à revisão do Decreto-Lei n.º 43/76, cujo projecto foi elaborado em tempos pelo Ministério da Defesa e que este governo, tal como o anterior, não pretende assumir.

A Direcção da ADFA, nesta reunião com o Chefe do Gabinete do sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, reiterou as exigências da Associação, das quais não abdica, de uniformização, tanto quanto possível, dos actuais diferentes estatutos dos deficientes das Forças Armadas (campanha, serviço e não serviço). Para além da aprovação dos projectos atrás referidos, incluindo a lei dos grandes deficientes, pretende-se ainda ver aprovado um diploma próprio para os deficientes mentais, cujas situações fogem ao âmbito da legislação existente. Deste

modo, conseguir-se-ia, praticamente, atingir os mesmos objectivos da alteração do Decreto-Lei n.º 43/76.

A Direcção da Associação, nesta reunião, exigiu mais uma vez que seja posta em funcionamento a Comissão Militar de Reabilitação e Assistência, extinta através do Decreto-Lei n.º 574/80, de 31 de Dezembro. Embora não tendo ainda sido obtidas garantias concretas de que isto acontecerá, conseguiu-se, para já, que o Ministério da Defesa Nacional encare a análise desta questão. Para o efeito, pediu à ADFA cópia do projecto de recriação da CMRA, que a Associação em tempos enviou ao Estado Maior General das Forças Armadas. Espera-se que o Ministério da Defesa Nacional não se fure a reposição em funcionamento da CMRA, instrumento fundamental para que os problemas dos deficientes das Forças Armadas mereçam a devida atenção e tratamento por parte da instituição militar e do governo e não caiam no esquecimento, que é, realmente, para o que tendem.

Nesta reunião com o Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Defesa foi também abordada a questão do subsídio oficial da Associação para 1984, assunto também preocupante, já que o subsídio de 1983 foi, inesperadamente, reduzido em 4000 contos. Embora não fornecendo números definitivos, o Dr. Moreira Campos tranquilizou a Associação, apontando perspectivas que permitirão,

com algum esforço de contenção de despesas, manter no próximo ano a actuais estruturas associativas e prestar serviços aos sócios a um nível semelhante ao que se vem verificando.

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA NEGOCIADO NAS COSTAS DA ASSOCIAÇÃO

Por último, foi abordada, demoradamente, a questão da sede da ADFA, tendo a Direcção da Associação manifestado a sua intransigência nesta matéria. A Associação está disponível para sair do Palácio da Independência, mas para instalações próprias e condignas, por ela livremente aceites.

Trata-se de uma questão antiga, tão antiga como a própria Associação, perante a qual se tem mantido a maior abertura firmeza e determinação.

A ADFA nunca se recusou a sair do Palácio da Independência, mas sempre exigiu, como alternativa, instalações centrais e funcionais, de acordo com a sua realidade, a sua dimensão nacional e os sócios que tem. Para o efeito, sentou-se várias vezes à mesa das conversações e empenhou-se mesmo na procura de soluções alternativas. Uma chegada, em 1979, a ser encontrada e só não foi viabilizada por o governo não pre-

tender dispor, na altura, de cerca de 60 000 contos.

A partir daí, a questão do Palácio, destinado na altura à Comunidade de Portugal no Brasil, foi posta de lado, mas não por responsabilidade da ADFA.

Surge agora de novo. E de uma forma bastante traiçoeira e, por conseguinte, inadmissível. Segundo a ADFA veio agora a saber, terá sido assinado pelo Ministro das Finanças do anterior Governo num despacho a doar todo o Palácio da Independência à Sociedade Histórica, uma pequena organização que vem ocupando (já ocupava antes do 25 de Abril de 1974) duas salas no Palácio.

Isto quer dizer que a ADFA passa, assim, a inquilina da Sociedade Histórica e que esta pode-nos dar ordem de despejo em qualquer momento.

Como e por quem foi cozinhado esse despacho ainda não sabemos. Sabemos apenas que a ADFA foi totalmente ultrapassada e, certamente, não com as melhores intenções.

A Associação sempre teve boas relações de vizinhança com a Sociedade Histórica, não esperando, portanto, uma coisa destas. Quando em 23 de Novembro de 1974 ocupámos o Palácio, impedimos a entrada da Comissão de Extinção da Mocidade Portuguesa e não criámos nenhuns problemas a esses vizinhos. Durante estes 9 anos, sempre os tratámos com a maior correção, tendo, com eles colaborado da melhor maneira. É estranho, pois, que

eles, mais o Ministério das Finanças, nas costas da Associação, assim tenham procedido.

Não é, contudo, para já, à Sociedade Histórica que nos dirigamos. É antes para o Governo que nos voltamos. A ADFA tem uma dimensão nacional, uma utilidade pública, uma força moral e um peso social suficientes para exigir do Governo que resolvera definitivamente a questão da sua sede, no Palácio da Independência ou noutra lugar adequado, com condições oportunamente já referidas e inventariadas. Com a Sociedade Histórica, poderá simplesmente suceder que os sócios da ADFA, a não ser remediada esta pequena traição brevemente, entendam pôr fim às boas relações de vizinhança, o que não será muito funcional para o prosseguimento da sua actividade aqui.

Espera-se, contudo, que não seja necessário chegar a isso. Espera-se que as diligências que o Ministério da Defesa está a fazer no sentido de a Associação ter acesso aos meios que neste momento estão empenhados em encontrar alternativas para a sede da ADFA produzam resultados positivos. Espera-se que a voz da ADFA seja ouvida e levada em consideração, nomeadamente quanto aos requisitos imprescindíveis a que deve obedecer a sede da Associação. A firmeza e intransigência da ADFA neste assunto são muito grandes, e o Ministério da Defesa Nacional tem já disso conhecimento.

COM IMPORTANTES DECISÕES DE CARÁCTER ASSOCIATIVO

CONSELHO NACIONAL DA ADFA REUNIU DIA 3 DE DEZEMBRO

- APROVADO ORÇAMENTO PARA 1984
- PROPOSTA A ABERTURA DAS COMEMORAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO PELA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL DE 14 DE JANEIRO
- PROPOSTO À ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL O AUMENTO DE QUOTAS PARA 70\$00 E A PUNIÇÃO DE SÓCIOS SUBSCRITORES DE DOCUMENTO INJURIOSO
- AÇORES PASSA A TER SÓ UMA DELEGAÇÃO

O Conselho Nacional da ADFA reuniu no passado dia 3 de Dezembro, na sede da Associação, em Lisboa, a fim de se pronunciar sobre uma ordem de trabalhos de 6 pontos, todos eles de actualidade e importância associativas.

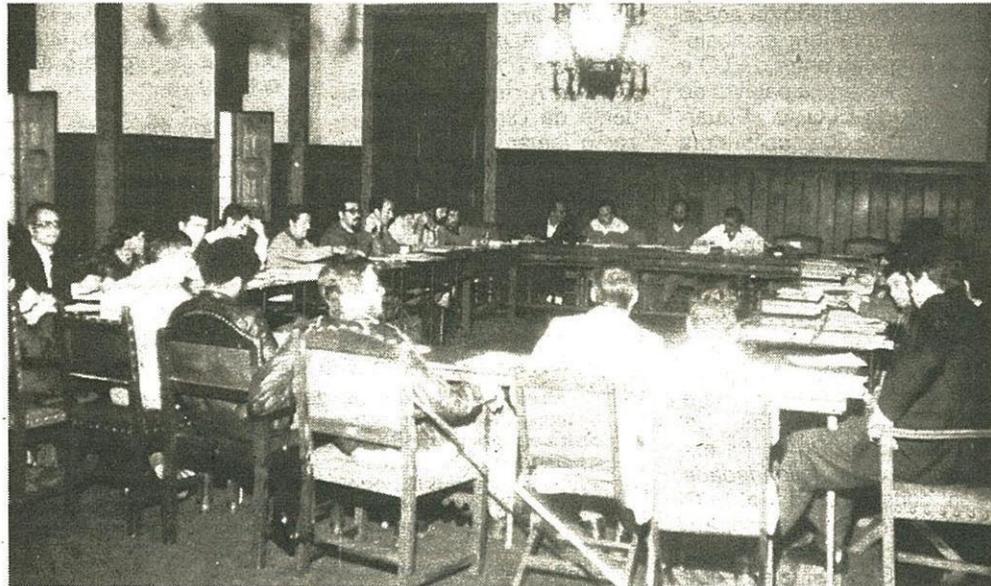
Esta foi a primeira vez que o Conselho Nacional reuniu com a sua composição definitiva e que resultou das últimas eleições. Sucederam ao anterior Secretariado Nacional, o Conselho Nacional tem agora uma composição mais ampla e uma maior representatividade. Constituído pela mesa da Assembleia Geral Nacional que preside aos trabalhos, Direcção Central, re-

presentantes dos órgãos de todos as delegações e ainda sócios directamente eleitos em número proporcional aos sócios de cada delegação, o Conselho Nacional dispunha, para esta reunião, de um total de 38 membros. Acabaram por estar presentes 35 elementos, por faltar, com motivo justificado, um representante da delegação de Coimbra e por não terem sido eleitos, nas últimas eleições, os representantes dos sócios de delegações de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, nos Açores.

Órgão imediatamente abaixo da Assembleia Geral Nacional, o Conselho Nacional reúne as pessoas com maior responsabilidade den-

tro da Associação, com obrigação, por conseguinte, de imprimir um cunho de maior seriedade à análise dos problemas e às deliberações tomadas. Conta assim a ADFA com um órgão à sua altura, capaz de desempenhar cabalmente tarefas fundamentais, como é a aprovação do orçamento para cada ano, o criar ou encerrar delegações, bem como outras competências, além de poder apresentar à Assembleia Geral Nacional as propostas que entender.

A capacidade de intervenção do Conselho Nacional é bastante grande, podendo deliberar sobre a realização de Assembleias Gerais de Delegação ou sobre a con-



Durante a reunião do Conselho Nacional

vocatória da Assembleia Geral Nacional por exemplo. No funcionamento deste órgão repousa muito a garantia da coesão da Associação, quer pela sua funcionalidade, quer pela sua representatividade. Ele foi uma solução encontrada no âmbito da última alteração estatutária para fazer face a

alguns problemas de desorganização nacional e que, a avaliar pela forma como decorreu a última reunião, terá sido acertada.

A reunião, que se iniciou às 14 horas, teve lugar no salão nobre da Associação, prolongando-se até cerca das 4 horas da madrugada.

A primeira deliberação do

Conselho Nacional reacaiu sobre uma proposta de regulamento interno que, depois de introduzidas algumas alterações, foi aprovada. Devido à sua extensão, não se publica aqui o regulamento do conselho, o que deverá ser feito, em princípio,

(Continua na pág. 8)

COMEMORANDO O IX ANIVERSÁRIO DO ELO MELHORAR O ELO PREPARAR O X ANIVERSÁRIO DA ADFA

As comemorações do IX Aniversário do ELO constituíram uma oportunidade de assinalar a importância do ELO como ponto de ligação de toda a Associação e de, olhos postos no futuro lançar um apelo à colaboração de todos para melhorar o ELO e um desafio à militância de todos os associados para fazermos as comemorações do X Aniversário da ADFA.

As chuvas e as inundações que assolaram o País, e nomeadamente a região de Lisboa, impediram a realização da Corrida em Cadeira de Rodas, actividade dirigida à sensibilização do público em geral, impedindo assim o mais importante contacto entre a população e a ADFA, dentro das comemorações do IX aniversário. Não passou, entretanto, despercebida a voz do ELO e da Associação entre os órgãos de Informação, com destaque para a RTP, a RDP e a Rádio Renascença. Também o jogo de futebol de salão viu reduzida a sua assistência, tendo alguns jogadores sido impossibilitados de comparecer, devido às vias de circulação que ficaram obstruídas.

Na tarde de 19 de Novembro realizaram-se a abertura da exposição fotográfica, a abertura da mostra de material filuminista e a entrega de prémios, acontecimentos que referimos noutras secções do jornal.

Dia 23 de Novembro, o dia do aniversário, estiveram presentes cerca de 70 pessoas, entre convidados, sócios e familiares e amigos, no jantar comemorativo, servido na sala de refeições da Sede, tendo o Director do ELO e os membros da Direcção proferido intervenções alusivas ao IX aniversário, e sido lidos alguns telegramas e missivas de congratulações.

23 NOV. — JANTAR CONVÍVIO

Além de assinalar o IX Aniversário do ELO, permitiu o jantar-convívio de 23 de Novembro reunir velhas amigas e reforçar a união e o dinamismo de muitos daqueles que mais directamente se têm empenhado na ADFA. Entre as setenta pessoas reunidas, destacamos a presença do Director da Revista da Armada e dos subdirectores do Jornal do Exército e da Revista da Força Aérea, e de um repre-

sentante do Secretário Nacional de Reabilitação. No final do jantar, Mário Dias, 1.º secretário da actual Direcção que tem estabelecido a ligação entre o ELO e a Direcção, deu a palavra ao Director do ELO, dr. Eduardo Cascada que sublinhou a importância do ELO, ponto de ligação da Associação, que veicula as notícias importantes. O Director do ELO considerou ainda que para melhorar o ELO, só com a colaboração de todos é que podemos ter o ELO que desejamos ter, tendo lido depois as mensagens e telegramas enviados. Da Delegação do Porto, foi expressa a sua solidariedade e a consideração do ELO como baluarte da filosofia e acção da ADFA; da Delegação de Setúbal, além dos votos de manutenção de um ELO esclarecido e esclarecedor, chegou o telegrama de que trágicas inundações destruíram por completo mobiliário, aparelhagem, documentação, artigos do bar das antigas instalações, e alcatifa e montra da nova sede; do Centro de Documentação do Secretariado Nacional de Reabilitação, do Boletim Informativo da

CNAD, Cooperativa Nacional de Apoio aos Deficientes, e do Jornal Voz de Lisboa, foram recebidos telegramas de felicitações. Na sua intervenção, o Presidente da Direcção Lopes Dias, após agradecer a presença das entidades convidadas, perspectivou o IX Aniversário do ELO como a rampa de lançamento para as comemorações do X aniversário, para durante o X aniversário mostrarmos

riu uma comunicação entusiasmada e viva, da qual deixamos algumas passagens.

(...) Não somos poucos, somos muitos que representamos os que fundaram esta Associação e que disseram queremos ser iguais.

Na reunião da Direcção foi decidido convidar para a comissão «ad hoc» das comemorações do X aniversário os elementos das direcções anteriores, queren-

DIA 14 DE JANEIRO EM LISBOA ASSEMBLEIA GERAL NA

- COMEMORAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO
- PROCEDIMENTO DISCIPLINAR SOBRE SÓCIOS SURDO DOCUMENTO INJURIOSO
- ACTUALIZAÇÃO DE QUOTAS
- CRIAÇÃO DE COOPERATIVA DE HABITAÇÃO NOROCCIDENTAL
- VENDA DE IMÓVEL DA ADFA

No dia 14 de Janeiro próximo (sábado), vai realizar-se mais uma Assembleia Geral Nacional da ADFA. A convocatória vem publicada na primeira página deste número e será novamente publicada no «ELO» de Janeiro, a sair logo no início do mês. Será ainda afixada em todas as delegações e na sede.

A Assembleia Geral Nacional, órgão máximo da ADFA, com poderes plenos, que vão desde a alteração dos Estatutos até à própria extinção da Associação, é constituída por todos os associados no uso dos seus direitos associativos. Podem, pois, ou melhor, devem todos os associados, com o pagamento das suas quotas em dia (ou a regularizar à entrada da própria Assembleia, no dia 14 de Janeiro) participar neste importante órgão, contribuindo para que as decisões aí tomadas estejam de acordo com a sua própria maneira de conceber e pensar o funcionamento da Associação. Associação que é de todos nós e, por isso, por todos deve ser orientada e desenvolvida.

A Assembleia Geral Nacional Extraordinária, a realizar no dia 14 de Janeiro, é convocada porque existem neste momento assuntos que são de sua exclusiva competência e necessitam de ser resolvidos. Para que a sua resolução seja a mais conforme com a vontade da maioria, torna-se necessário que a Assembleia conte com a participação de grande número de sócios.

Daqui nos dirigimos a cada sócio, chamando a atenção para a responsabilidade que tem na orientação da Associação, para o direito que tem de participar nas decisões importantes, para o dever que tem de se preocupar com os problemas associativos e de dar o seu contributo, não só com a presença física, mas também com a participação activa, intervindo e votando em cada ponto da ordem de trabalhos.

Pretende-se que esta Assembleia Geral Nacional, tal como as que se lhe seguirão, seja a expressão genuína da vontade e querer dos sócios, de todos os sócios. A Assembleia Geral Nacional será o reflexo da Associação que somos. Lugar da livre expressão da opinião de cada um, as decisões da Assembleia Geral Nacional, obtidas pela maioria dos sócios presentes, têm força de lei dentro da Associação. Por isso, para que sejam conscientemente tomadas, o contributo de todos é importante.

Mais adiante fazemos referência aos assuntos a tratar na Assembleia, mas salienta-se já o primeiro ponto da ordem de trabalhos, no âmbito do qual serão definidas as reivindicações para 1984 e pela satisfação das quais a Associação lutará durante todo o próximo ano.

ASSEMBLEIA GERAL REALIZA-SE EM LOCAL ACESSÍVEL E FUNCIONAL

Procurando garantir a participação do maior número possível de sócios e em condições favoráveis, a Assembleia vai realizar-se em local adequado, reunindo todas as condições para os sócios, especialmente para grandes deficientes.

O anfiteatro da Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian tem acesso a cadeiras de rodas e dispõe de lugares sentados para todos os participantes. A Escola de Enfermagem, que fica ao lado do Hospital de Sta. Maria (Av. Prof. Egas Moniz), tem acesso fácil por viatura própria e por autocarro, dispondo de um amplo parque de estacionamento. Por autocarro, pode-se utilizar as carreiras n.º 38 (Santo Amaro, Estrela, Marquês de Pombal, Saldanha, Entrecampos), 31 (Moscavide, aeroporto, Campo Grande ou Rossio, Marquês, Sete Rios), 32 (Praça do Comércio, Rossio, Marquês, Saldanha, Entrecampos) e 35 (Santa Apolónia, Areeiro, Alvalade, Entrecampos).

PONTOS DA ORDEM DE TRABALHOS COM PROPOSTAS PREVIAMENTE CONHECIDAS

Para que todos os sócios possam participar activamente na Assembleia Geral Nacional, fornecem-se a seguir todos os elementos disponíveis, sendo apresentados outros no próximo número do «ELO» ainda antes da Assembleia. Além disso, os sócios poderão dirigir-se à sede ou às delegações a que pertencem, onde a Direcção Central ou as Direcções de Delegação estarão à disposição para fornecer todos os dados e mesmo analisar e discutir as questões que a Assembleia irá tratar.

A obtenção do máximo de dados será fundamental para a dignificação da Assembleia Geral Nacional, o espelho mais fiel e que melhor reflecte a imagem da Associação que somos.

COMEMORAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO

Este assunto foi objecto de apreciação pelo Conselho Nacional na sua reunião de 3 de Dezembro. Este órgão

decidiu ratificar a decisão de convocar para 1984 uma Comissão Nacional para a revisão dos Estatutos da Associação, constituída por membros da Associação, constituída por membros da Associação, constituída por membros da Associação.

A Comissão Nacional para a revisão dos Estatutos da Associação, constituída por membros da Associação, constituída por membros da Associação, constituída por membros da Associação.

A Assembleia Geral da ADFA, constituída por membros da Associação, constituída por membros da Associação, constituída por membros da Associação.

CONCLUSÃO INSTAURADA

Como é conhecido, na Assembleia Geral de 1983, foi lido o relatório do Conselho Nacional de Reabilitação, que se faziam algumas alterações à orientação da Associação.

Nesse documento, aliás, o seguinte: «A nível das estruturas centrais tem-se paulatinamente a corrupção e marginalização do seu contributo para a Associação».

SECRETÁRIO COM ASSUM

A propósito do dia 14 de Dezembro, o secretário nacional de Reabilitação para uma reunião de trabalho para deficientes que decorrerá do Nacional de Reabilitação de Dezembro.

Estiveram presentes na reunião de e para deficientes de Reabilitação clara de que os representantes estão, sendo dos em participar activamente nos problemas que lhes dizem respeito.

Além do valor simbólico do secretário nacional de Reabilitação Nacional dos Deficientes de Reabilitação nova maneira de encaração dos deficientes, chamando-os responsáveis.

Os trabalhos foram dirigidos pelo secretário nacional de Reabilitação papel que as organizações de planeamento e prossecução da reintegração sócio-profissional do secretário nacional, a nível da Orgânica do SNR de Reabilitação inicial do Decreto-Lei n.º 177/77 isto é, dotar o Conselho Nacional de poderes deliberativos e de organismos de e para a definição e aplicação da política. Pela parte que toca às Forças Armadas, não há qualquer deliberativo, antes o Conselho Nacional de Reabilitação, tal desafio já que pela sua capacidade comprovamos que as organizações devem impor-se, para a sua capacidade para avançar.



Jantar comemorativo do 9.º Aniversário do ELO

sentante do Secretário Nacional de Reabilitação.

No final do jantar, Mário Dias, 1.º secretário da actual Direcção que tem estabelecido a ligação entre o ELO e a Direcção, deu a palavra ao Director do ELO, dr. Eduardo Cascada que sublinhou a importância do ELO, ponto de ligação da Associação, que veicula as notícias importantes. O Director do ELO considerou ainda que para melhorar o ELO, só com a colaboração de todos é que podemos ter o ELO que desejamos ter, tendo lido depois as mensagens e telegramas enviados. Da Delegação do Porto, foi expressa a sua solidariedade e a consideração do ELO como baluarte da filosofia e acção da ADFA; da Delegação de Setúbal, além dos votos de manutenção de um ELO esclarecido e esclarecedor, chegou o telegrama de que trágicas inundações destruíram por completo mobiliário, aparelhagem, documentação, artigos do bar das antigas instalações, e alcatifa e montra da nova sede; do Centro de Documentação do Secretariado Nacional de Reabilitação, do Boletim Informativo da

à opinião pública a força da ADFA, e lançou um apelo à militância, de modo que o próximo ano seja de afirmação da ADFA como uma força viva e forte.

José Arruda, vice-presidente da Direcção, a finalizar o jantar, em que anunciou a distribuição pelos presentes dos primeiros cem exemplares do calendário da ADFA para 1984, profe-

do transmitir a todos esses associados o testemunho que eles nos transmitiram.

A partir de 1 de Janeiro a palavra de ordem é Militância. (...)

Somos todos nós que vamos fazer as comemorações. Viva o ELO! Viva a ADFA!

Viva O X aniversário!

CONCURSO

Mais um subsídio de 250 000\$00, que a Fundação Calouste Gulbenkian colocou à disposição da ADFA, para distribuir pelos grandes deficientes motores, e que se destinam à compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e comparticipação na compra de viatura própria.

Os sócios interessados, e que estejam abrangidos pelas normas do concurso, deverão candidatar-se até ao próximo dia 31 de Janeiro, dirigindo-se directamente à sede ou delegação a que pertencem.

Podem habilitar-se a este subsídio os sócios que tenham 60% ou mais de incapacidade e cuja deficiência justifique a necessidade permanente da utilização de viatura própria ou cadeira de rodas ou ainda triciclo motorizado.

Os sócios que se candidatarem terão de preencher um inquérito, na sequência do qual será determinado se beneficiará ou não do subsídio, bem como do respectivo montante.

Não podendo candidatar-se os sócios com incapacidade igual ou superior a 90% que tenham usufruído deste subsídio há menos de 5 anos, estando fixado um período de 10 anos para os restantes.

13/Dezembro/83.

O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIA 14 DE JANEIRO EM LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL EXTRAORDINÁRIA

- COMEMORAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO
- PROCEDIMENTO DISCIPLINAR SOBRE SÓCIOS SUBRITORES DE DOCUMENTO INJURIOSO
- ACTUALIZAÇÃO DE QUOTAS
- CRIAÇÃO DE COOPERATIVA DE HABITAÇÃO NO RTO
- VENDA DE IMÓVEL DA ADFA

No dia 14 de Janeiro próximo (sábado), vai realizar-se mais uma Assembleia Geral Nacional da ADFA. A convocatória vem publicada na primeira página deste número e será novamente publicada no «Elo» de Janeiro, a sair logo no início do mês. Será ainda afixada em todas as delegações e na sede.

A Assembleia Geral Nacional, órgão máximo da ADFA, com poderes plenos, que vão desde a alteração dos Estatutos até à própria extinção da Associação, é constituída por todos os associados no uso dos seus direitos associativos. Podem, pois, ou melhor, devem todos os associados, com o pagamento das suas quotas em dia (ou a regularizar à entrada da própria Assembleia, no dia 14 de Janeiro) participar neste importante órgão, contribuindo para que as decisões aí tomadas estejam de acordo com a sua própria maneira de conceber e pensar o funcionamento da Associação. Associação que é de todos nós e, por isso, por todos deve ser orientada e desenvolvida.

A Assembleia Geral Nacional Extraordinária, a realizar no dia 14 de Janeiro, é convocada porque existem neste momento assuntos que são de sua exclusiva competência e necessitam de ser resolvidos. Para que a sua resolução seja a mais conforme com a vontade da maioria, torna-se necessário que a Assembleia conte com a participação de grande número de sócios.

Daqui nos dirigimos a cada sócio, chamando a atenção para a responsabilidade que tem na orientação da Associação, para o direito que tem de participar nas decisões importantes, para o dever que tem de se preocupar com os problemas associativos e de dar o seu contributo, não só com a presença física, mas também com a participação activa, intervindo e votando em cada ponto da ordem de trabalhos.

Pretende-se que esta Assembleia Geral Nacional, tal como as que se lhe seguirão, seja a expressão genuína da vontade e querer dos sócios, de todos os sócios. A Assembleia Geral Nacional será o reflexo da Associação que somos. Lugar da livre expressão da opinião de cada um, as decisões da Assembleia Geral Nacional, obtidas pela maioria dos sócios presentes, têm força de lei dentro da Associação. Por isso, para que sejam conscientemente tomadas, o contributo de todos é importante.

Mais adiante fazemos referência aos assuntos a tratar na Assembleia, mas salienta-se já o primeiro ponto da ordem de trabalhos, no âmbito do qual serão definidas as reivindicações para 1984 e pela satisfação das quais a Associação lutará durante todo o próximo ano.

ASSEMBLEIA GERAL REALIZA-SE EM LOCAL ACESSÍVEL E FUNCIONAL

Procurando garantir a participação do maior número possível de sócios e em condições favoráveis, a Assembleia vai realizar-se em local adequado, reunindo todas as condições para os sócios, especialmente para grandes deficientes.

O anfiteatro da Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian tem acesso a cadeiras de rodas e dispõe de lugares sentados para todos os participantes. A Escola de Enfermagem, que fica ao lado do Hospital de Sta. Maria (Av. Prof. Egas Moniz), tem acesso fácil por viatura própria e por autocarro, dispondo de um amplo parque de estacionamento. Por autocarro, pode-se utilizar as carreiras n.º 38 (Santo Amaro, Estrela, Marquês de Pombal, Saldanha, Entrecampos), 31 (Moscavide, aeroporto, Campo Grande ou Rossio, Marquês, Sete Rios), 32 (Praça do Comércio, Rossio, Marquês, Saldanha, Entrecampos) e 35 (Santa Apolónia, Areeiro, Alvalade, Entrecampos).

PONTOS DA ORDEM DE TRABALHOS COM PROPOSTAS PREVIAMENTE CONHECIDAS

Para que todos os sócios possam participar activamente na Assembleia Geral Nacional, fornecem-se a seguir todos os elementos disponíveis, sendo apresentados outros no próximo número do «Elo» ainda antes da Assembleia. Além disso, os sócios poderão dirigir-se à sede ou às delegações a que pertencem, onde a Direcção Central ou as Direcções de Delegação estarão à disposição para fornecer todos os dados e mesmo analisar e discutir as questões que a Assembleia irá tratar.

A obtenção do máximo de dados será fundamental para a dignificação da Assembleia Geral Nacional, o espelho mais fiel e que melhor reflecte a imagem da Associação que somos.

COMEMORAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO

Este assunto foi objecto de apreciação pelo Conselho Nacional na sua reunião de 3 de Dezembro. Este órgão

decidiu ratificar a decisão da Direcção Central de nomear uma Comissão Nacional e a efeito acções durante todo o ano de 1984. Além disso, decidiu propor que a Assembleia Geral Nacional de 14 de Janeiro proclame o 10.º aniversário da Associação, constituindo acto a abertura das comemorações.

A Comissão Nacional a ser constituída pelos elementos que em 1974 integram a Comissão Ad-Hoc, a 1.ª Direcção e a última Direcção da Associação e ainda por um representante de cada delegação. Integram ainda a Comissão Nacional os elementos de uma comissão executiva constituída por trabalho na sede. Esta composição imprime desde logo um carácter histórico e nacional às comemorações.

A Assembleia Geral apreciará e aprovará as grandes linhas do programa das comemorações, a elaborar pela Comissão Nacional. Não é possível, aqui, apresentar essas linhas, porque a comissão não reuniu. Pode-se, no entanto, dizer que parte da actividade da Associação em 1984 deverá decorrer sobre as comemorações, para além das acções especificamente programadas para este efeito. Já que a ADFA se apresenta especialmente activa durante todo o ano de 1984, esta é uma boa oportunidade para se empenhar, também sobre as comemorações, especialmente no sentido de satisfazer um conjunto de reivindicações urgentes e reivindicações, tal como outras acções, constantes das linhas gerais do programa, serão apresentadas na Assembleia, que as apreciará. No próximo número do «Elo» serão fornecidos mais elementos sobre este ponto.

CONCLUSÃO DO INQUÉRITO INSTAURADO SOBRE SÓCIOS

Como é conhecido, a Assembleia Geral Nacional de 9 de Abril passado, foi lido documento, designado «Folha Informativa n.º 1», subscrito por 6 sócios (Almiro Pais Correia, José Carlos Caires, Joaquim Serrano, Orlando Pauleta, Armando Le Carlos, Augusto P. Cruz), em que se faziam algumas acusações graves, relativamente à orientação da Associação e dos órgãos centrais de então.

Nesse documento, além da dada altura, entre outros, o seguinte: «A nível da actuação destes órgãos centrais tem-se pautado uma acção de compadrio, corrupção e marginalização de quem se proponha dar o seu contributo para a associativa aberta e saudável».

SECRETARIA NACIONAL DOS DEFICIENTES COM ASSOCIAÇÕES DE E PARA DEFICIENTES

A propósito do dia Nacional dos Deficientes, 9 de Dezembro, o secretariado de reabilitação convidou, para uma reunião de todas as organizações de e para deficientes que das instalações do Secretariado Nacional de Reabilitação durante todo o dia 9 de Dezembro.

Estiveram presentes a maioria das organizações de e para deficientes do sector privado, numa demonstração clara de que os deficientes e suas organizações representativas estão, sempre estiveram, interessados em participar activa e interessadamente na discussão e resolução dos problemas que lhes dizem respeito.

Além do valor simbólico que constitui o convite do secretário nacional a reunião de trabalho no dia Nacional dos Deficientes, a reunião teve de alto significado a nova maneira de encadear as organizações de deficientes, chamando a actuação mais activa e responsável.

Os trabalhos foram iniciados pelas 10 h pelo senhor secretário nacional que, na curta alocução reafirmou o papel que as organizações de e para deficientes têm no planeamento e prossecução das acções de reabilitação e reintegração sócio-profissional. Para isso, foi referido pelo secretário nacional, a necessidade urgente da revisão da Lei Orgânica do SNR de modo que seja reposto o espírito inicial do Decreto-Lei n.º 7 que criou em 1977 o SNR, isto é, dotar o Conselho Nacional de Reabilitação de poderes deliberativos, tanto o Estado como os organismos de e para deficientes se co-responsabilizem na definição e aplicação da política nacional de reabilitação. Pela parte que toca à acção dos Deficientes das Forças Armadas, não é a responsabilidade do poder deliberativo, antes o mesmo como fundamental na nova dinâmica que, felizmente, conquistamos e impusemos após o 25 de Abril.

Quanto ao repto de responsabilidade feito pelo novo secretário nacional de e para deficientes, a ADFA teve oportunidade de reafirmar durante a reunião de trabalho, que aceitava tal desafio já que, pela primeira vez em dez anos, consideramos e comprovamos que as acções de Deficientes só conseguem impor-se, para poder reivindicativo, tiverem capacidade para avançar projectos de alternativa

HÁ 10 ANOS ERAM DADOS OS PRIMEIROS PASSOS PARA A CRIAÇÃO DA ADFA

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas foi fundada após o 25 de Abril de 1974. Mas meses antes, ainda em 1973, há 10 anos, por conseguinte, davam-se já alguns passos no sentido do que viria a ser uma genuína organização de todos os deficientes das Forças Armadas.

A concentração de muitos deficientes no Hospital Militar Principal e no Anexo e a vivência conjunta aí verificada viriam criar laços de amizade e solidariedade ainda hoje existentes e que foram o pressuposto sólido para que a organização de uma Associação forte e coesa fosse possível.

O Hospital Militar, onde chegavam os militares acabados de ser vitimados por graves acidentes em combate ou actividades afins, funcionava como um fim em si. Os caminhos da reabilitação e reintegração social estavam totalmente obstruídos. O futuro era uma incógnita.

Esta situação exigia refúgios, não raro procurados no jogo, na bebida, num estilo de vida propício ao esquecimento. Era uma via que, perante a negada reabilitação e encaminhamento para a recuperação de um lugar condigno na sociedade, seduzia um pouco a todos nós.

Dormir de dia e esquecer de noite (mais propícia à meditação e à consciencialização das coisas), foi prática muito seguida naqueles anos de guerra colonial que precederam o 25 de Abril. Por essa Lisboa nocturna, os «mutilados de guerra» eram vistos um pouco por todo o lado, desde boites, casas de fado, até bares menos recomendados. Em alguns desses lugares, à força de tão insistentemente os frequentarem, acabavam por ter um acolhimento especial. Outros havia, contudo, em que eram mal recebidos, encarados como se, com as suas mazelas visíveis, fossem «espantar» os grandes senhores da sociedade de então que sempre por aí se encontravam.

A rejeição, verificada mesmo no escuro da noite, nesses ambientes pagos a ouro, marcaria muito alguns dos «mutilados» de então. Aí, tal como na sociedade do dia aberto, só havia lugar para o paternalismo ou a marginalização.

Não era, contudo, pacificamente aceite este comportamento das pessoas. A revolta, sempre latente (felizmente), gerou por vezes conflitos em que elementos das próprias forças de segurança se viram envolvidas. Há a registar que que esses elementos, de quem os deficientes militares esperavam a melhor atenção e apoio, se manifestavam geralmente ao lado da marginalidade, por vezes violentamente, chegando a haver casos de agressão a deficientes (grandes deficientes) que apenas apelavam para o respeito dos seus direitos de cidadãos.

A isto, os elementos do Movimento dos Capitães, na altura em intensa actividade, chamavam desprestígio das Forças Armadas. Tanto mais que, a par de agressões a militares deficientes se juntavam atitudes recentes de desrespeito grave perante militares do activo.

Paralelamente a uma vida de boémia, quase sempre em grupo e fortalecendo, por isso, os laços

de solidariedade, o tempo dava também para reflectir e conviver em ambientes mais positivos e construtivos

A legislação que não existia ou as lacunas e injustiças já existente eram muitas vezes objecto de reflexão conjunta e sempre motivo de descontentamento. Reunir vontades e conjugar esforços para um trabalho mais aturado neste domínio, passou a ser objecto que ia ganhando interesse e adeptos.

Em 1971, num restaurante da Avenida de Roma, em Lisboa, realizou-se a primeira grande confraternização de algumas dezenas de deficientes do Hospital Militar Principal. Este encontro, embora não tivesse produzido qualquer conclusão que apontasse para uma forma organizativa, foi, no entanto, um ponto de partida importante, já que o convívio acontecia pela primeira vez sem subterfúgios nem fugas aos reais problemas com que nos debatíamos.

Em 1973, depois da publicação do Decreto-Lei n.º 210/73, de 9 de Maio, as discussões sobre o futuro dos deficientes militares ganhavam entre estes acuidade decisiva. O ambiente também era, na altura, bastante favorável. Os capitães oriundos da Academia Militar, devido à legislação lesiva da sua carreira, recentemente publicada, desencarearam todo um processo que abalou o conformismo verificado a muitos níveis e começou a dar voz a muita revolta calada.

Muitos deficientes compartilharam, assim, do entusiasmo dos capitães; seguiram-no com atenção e mesmo com participação, no caso de alguns. Do entusiasmo à tomada de consciência de uma situação deplorável, de não reconhecimento e, por conseguinte, da sua marginalização generalizada, de ausência total de perspectivas de reintegração social, foi caminho curto.

Depois da publicação do Decreto-Lei n.º 210/73, o Hospital Militar Principal preparou uma reunião, com a presença de um senhor Brigadeiro, tendente a obter o apoio dos deficientes para a nova legislação. Como resultado, teve que registar o descontentamento generalizado, por a mesma não contemplar várias situações claramente decorrentes da guerra que se vivia.

Pouco depois, a Liga dos Combatentes convidava vários deficientes do Hospital Militar Principal para o mesmo fim e colhia a mesma opinião.

A necessidade de revogação do decreto publicado e elaboração de nova legislação capaz de garantir uma reparação justa a todos os que se deficientaram no cumprimento do serviço militar era opinião que se ia generalizando.

Deste estado de espírito dos deficientes militares ia tendo conhecimento o Movimento dos Capitães, mais um elemento a pesar a favor da tese de que se tornava imperioso obter mudanças que ultrapassassem as suas próprias reivindicações corporativas. A guerra colonial era assim posta em causa, não só por prejudicar a carreira dos militares do quadro permanente, como pelos mortos que fazia, pelos deficientes que provocava, enfim, por tanto sofrimento sem sentido.

Em fins de 1973 passaram a verificar-se reuniões frequentes de deficientes militares, a fim de analisar a sua situação. Dessas reuniões, rodeadas sempre de um certo discretismo, viria a nascer um documento dirigido ao Presidente do Conselho, onde se exigia um conjunto de medidas susceptíveis de garantir a reintegração social dos deficientes das Forças Armadas. Foi a primeira tentativa de elaboração dum caderno reivindicativo a sistematizar as aspirações de todos os deficientes das Forças Armadas.

Estes alguns aspectos da história dos deficientes das Forças Armadas nos tempos que precederam o 25 de Abril de 1974. Os tempos mais recuados, e que também produziram deficientes, igualmente com uma história, não foram aqui tratados. Poderão ser noutra oportunidade, revelando, sobretudo, dois tipos de comportamento diferentes — entre os deficientes de guerra até cerca de 1967 e os deficientes de guerra posteriores.

Dessa primeira época haveria a referir especialmente, por quem a conheceu e viveu, que não o autor destas linhas, a acção da Liga dos Combatentes, da União dos Inválidos de Guerra, e sobretudo as diligências que haviam de levar ao «célebre» congresso dos combatentes no Porto.

Diferentes atitudes perante a guerra, nomeadamente quanto à sua justeza e sentido, terão marcado os deficientes de épocas diferentes (nos primeiros seis anos e nos restantes). Mas o que interessa aqui realçar é que foram os militares deficientes no

último período da guerra que reuniram condições para evidenciar mais abertamente a sua revolta, somando à consciência do desprezo a que eram votados depois de inaptos para o combate a consciência de que tinham sido utilizados e despeçados numa guerra injusta, sem sentido — condições fundamentais para a criação da ADFA logo que a liberdade de associação foi conquistada (com o 25 de Abril de 1974).

IMPORTANTES DECISÕES DE CARÁCTER ASSOCIATIVO

(Continuação da pág. 5)

pio, no próximo número do «ELO».

O 2.º ponto da ordem de trabalhos dizia respeito ao orçamento da Associação para 1984. Após uma longa discussão, acabou por ser aprovada a proposta apresentada pela Direcção Central, com ligeiras alterações. Para além da afectação de verbas para as delegações, destinadas aos gastos de estrutura, foram colocados à disposição da Direcção Central 2500 contos, destinados a investimentos em algumas delegações. Foram ainda, no âmbito da política orçamental aprovadas algumas propostas tendentes a reduzir a estrutura da Associação em algumas delegações, no sentido de harmonizar o seu funcionamento com os recursos disponíveis. Foi também neste âmbito que o Conselho deliberou submeter à Assembleia Geral Nacional uma proposta de alteração de quotas para 70\$00 mensais.

O 3.º ponto da ordem dos trabalhos dizia respeito ao 10.º aniversário da Associação, tendo o Conselho Nacional ratificado a decisão da Direcção Central em nomear uma Comissão Nacional com um sentido histórico (elementos da Comissão «ad hoc», primeira Direcção e última Direcção), encarregada de coordenar todas as actividades relacionadas com as comemorações que, por seu turno, deverão prolongar-se por todo o ano de 1984. A mesma proposta aponta para que as comemorações sejam proclamadas pela Assembleia Geral Nacional que se realiza no próximo dia 14 de Janeiro.

Sobre o 10.º aniversário

cabe agora a palavra à Assembleia Geral Nacional, que deverá aprovar as suas linhas gerais, nomeadamente as reivindicações da Associação durante o ano de 1984.

Em 4.º lugar, o Conselho Nacional apreciou as conclusões do inquérito que foi instaurado a alguns associados subscritores de um documento injurioso, lido em Assembleia Geral Nacional de 9 de Abril passado. Instaurado o inquérito, conforme deliberação da própria Assembleia de 9 de Abril, os subscritores do documento foram contactados pelo advogado nomeado para o efeito, tendo-se negado a prestar quaisquer declarações. Em face disso, o Conselho Nacional deliberou propor à Assembleia Geral Nacional que puna esses associados nos termos do art.º 11.º dos Estatutos.

O penúltimo ponto da ordem de trabalhos dizia respeito às delegações da Associação nos Açores, tendo ficado decidido que esta Região Autónoma passará a ser totalmente coberta por uma única delegação, com sede em Ponta Delgada. Assim, a delegação de Angra do Heroísmo deixa de existir. Ficou, no entanto, garantido, que a delegação de Ponta Delgada garantirá todo o apoio aos sócios das outras ilhas, nomeadamente da Ilha Terceira, com a criação dos núcleos, aproveitando nesta as estruturas da delegação às existentes.

Por último, o Conselho Nacional decidiu conceder um empréstimo de cerca de 320 contos à delegação de Ponta Delgada para regularizar a situação decorrente do abandono do ex-trabalhador daquela delegação.

SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

A ADFA acaba de firmar um contrato de seguro de vida-grupo com a Fidelidade Grupo Segurador de molde a proporcionar a todos os seus Associados a possibilidade de, economicamente, terem acesso a um seguro de vida.

Assim, pelas quantias mensais de 175\$00, 350\$00 ou 525\$00, os nossos Associados podem ficar seguros respectivamente, por 250, 500 ou 750 contos. Este seguro vigora em caso de morte natural ou acidental, enquanto sócios da ADFA, até à idade limite de 65 anos.

A adesão a este seguro pode ser feita na sede da ADFA, ou Delegação mais próxima da residência, onde serão prestados todos os esclarecimentos. Assim como na Fidelidade Grupo Segurador — Rua 1.º Dezembro, 101, 1.º Lisboa.

SEGURO DE VIDA PARA CRÉDITO À HABITAÇÃO ATRAVÉS DA ADFA

Em colaboração com a Fidelidade Grupo Segurador e a Caixa Geral de Depósitos, foi subscrito pela ADFA um contrato especial para os deficientes das Forças Armadas, permitindo-lhes o acesso ao Crédito para Habitação com um seguro de vida-grupo economicamente mais viável.

O seguro funciona desde a data da escritura com a Caixa Geral de Depósitos até ao termo do crédito, garantindo, em caso de morte, o pagamento àquela instituição no montante que estiver em dívida.

O custo do seguro, em função do valor do crédito, baixará de acordo com as amortizações anuais efectuadas e será descontado em prestações mensais através da conta depósito à ordem que o associado possuir na Caixa Geral de Depósitos.

Para mais informações, deverá consultar a sede da ADFA ou a Delegação mais próxima da residência.

PÁGINA CULTURAL

ACTIVIDADES FILUMINÍSTICAS

Tal como se pode ler neste mesmo jornal, foi efectuada a 1.ª mostra de Filuminismo do que pensamos poder ser o futuro «museu do fósforo» que se gostaria de criar nesta Associação. Simplesmente e na nossa opinião muito bem, resolveu a direcção que a criação de tal museu deveria ser apoiada e efectuada por um núcleo a constituir por sócios desta associação de deficientes e não por terceiras pessoas, o que poderia levar a pensar aos mais malévolos outros interesses que não os verdadeiros. Assim sendo e plenamente de acordo com a disposição atrás referida vimos apelar (desculpem a expressão) para todos os deficientes das Forças Armadas para que ao assegurarem a constituição desse museu se dignem dar o seu válido contributo sem o qual não será viável.

Deste modo vamos relatar o mais sinteticamente possível o que pensamos ser uma oportunidade a não perder se bem que parecendo pequena a nível sócio/cultural que tantos pretendem ter. Então vejamos:

a) São-nos oferecidas condições de organizar um museu a nível mundial que, assim o temos por certo terá tais repercussões que só servirão para abalizar um pouco mais a ADFA.

b) São-nos propostas condições de interesse humano que preencherão tempos livres da melhor maneira possível.

c) São-nos dadas possibilidades de hoje para amanhã a nível, não queremos abusar dizendo mundial, mas europeu repetimos nível europeu, de que só será beneficiada a ADFA, pelo conhecimento maior externo que poderão fazer despertar (todos os países têm compradores de filuminismo inscritos como compradores em Portugal).

Não conseguimos compreender por que existe um tal desinteresse, a não ser por desconhecimento das vantagens a auferir à posteriori.

E que para além do interesse pedagógico/cultural de tal iniciativa, não existem quaisquer contribuições monetárias da Associação para com o Museu dado que este poderá impor-se por si mesmo, regulando-se economicamente por si mesmo, terá as receitas próprias por si mesmo adquiridas, e dentro de, curto ou médio prazo poderá constituir também um valor comercial elevado que será património exclusivo da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Não te envergonhes e dá o teu contributo (bem pequeno exigimos) para que não possamos perder esta oportunidade

de nos dar a conhecer por um meio até aqui inédito mas que, vide os pontos do país por mais recônditos que sejam, os fósforos chegam lá, tão boa conta dão aos que neles se publicitam.

Se bem que alguns de vós, como já nos foi dito pessoalmente, considerem nula ou quase nula a vantagem do filuminismo como componente, se bem que pequeno, para maior e melhor conhecimento da ADFA, temos como a melhor prova do contrário, não só os milhares de contos gastos com um reclamo nas caixinhas e carteiras de fósforos, como ainda a existência de fábricas na Europa que só fabricam etiquetas para venda, como se de fósforos fossem.

A verdade é que com mais esta ideia confirma-se o ditado «grão a grão enche a galinha o papo».

Não só temos um papo pequeno, mas tão somente normal, que consegue fazer com que nos dinamizemos até a nós próprios para sermos conhecidos mais ainda lá fora. Tudo, mas tudo, é positivo desde que alcance um pouco das nossas justas aspirações.

Para o núcleo de filuminismo contamos já à partida com alguns sócios da ADFA e, acima de tudo a sempre esperada e válida contribuição da sr.ª D. Maria César Esteves Belo que, não só teve a coragem mas até, digamos displicentemente, o desplane, de conseguir à sua volta os elementos que desinteressadamente nos podem ajudar.

1) Senhor JOSÉ MANUEL PERERIRA, considerado o maior conhecedor de etiquetas e capas de carteiras, digamos por modéstia, de Portugal.

2) A contribuição até aqui bastante positiva das duas empresas fosforeiras que existem e que tão difíceis se mostram, ou melhor se mostravam, quando eram contactadas para a efectivação de mostras, exposições, etc.

Dadas as razões que nos parecem bastante válidas, para a constituição do Museu do Fósforo, que atrás se expuseram, chegam para uma primeira visão, solicitamos-te:

Inscribe-te pois já, como aderente à nossa causa (que é comum a todos, mesmo os que dela pensam nada vir a beneficiar) e podes crer que estás a contribuir mais uma vez para o engrandecimento da ADFA.

GRUPO DE FILUMINISMO DA ADFA

PERDIDO NA ESCURIDÃO

I
Qualquer coisa dá sombra
Até o escuro a passar
É a morte que nos ronda
Nas vidas a começar

II
O melhor que posso ver
Sorrir criança sem fim
Gostava de ver nascer
Só flores pelo jardim

III
É criança que nos salva
pôr alegria e sem dor
Em vez de bomba de raiva
Que venha a bomba de amor

IV
Criança que nasce sorri
No jardim da esperança
Com lágrimas nos olhos morri
Por ver tanta vingança

V
Homem está sem lembrança
Perdido por tanto saber
É uma vida de criança
Que morre logo ao nascer

VI
Homens loucos a matar
Pela raiva do desdém
Há tantas vidas a penar
E sem amor de alguém

VII
Veio alguém com amor
Que o homem pois guardou
Pois deixa de ter valor
Todo o amor que não dou

Dedicado ao deficiente de todo o Mundo
António Antunes Salvado
Deficiente das Forças Armadas
9/12/83



I MOSTRA DE FILUMINISMO DA ADFA

No dia dezanove de Novembro, por ocasião das comemorações do 9.º aniversário do «ELO» foi inaugurada a I Mostra de Material Filuminista da ADFA.

Pudemos observar a presença de vários filuministas de grande craveira: José Manuel Pereira, José Sande. Esteve presente também, em representação da Sociedade Nacional de Fósforos, Jorge Marques da Silva.

Esta mostra só foi possível devido ao grande esforço de D. Maria César que há vários anos vem desenvolvendo na ADFA um trabalho sistemático neste sentido. Ao Sr. Baú de Sousa as nossas saudações pelos esforços que desenvolveu a fim de tornar possível esta realização. A Fundação Calouste Gulbenkian tem prestado grande atenção ao filuminismo na ADFA: a ela se deve a oferta dos expositores que possuímos.

Na visita guiada que nos foi feita por José Manuel Pereira — um dos maiores especialistas nesta matéria — apercebemo-nos da enorme importância cultural que estas caixinhas podem ter, um mundo mágico de grande beleza e variedade ia passando sob os nossos olhos à medida que percorríamos as vitrinas: modas do Romantismo; atletas dos anos sessenta que já tinha esquecido; plantas e animais das mais variadas espécies; automóveis antigos; vasos de porcelana, brasões e pelourinhos. José Manuel Pereira considerou esta mostra: «muito agradável e extremamente bem apresentada se tivermos em conta o pouco material disponível».

Em Portugal existem colecções das mais valiosas, por que relativamente a outros países há pouca publicidade, épocas houve em que era proibido.

Vicente Ribeiro que possui uma colecção de cerca de cem mil exemplares, realçou no entanto o facto de que não é a quantidade que conta, mas sim a qualidade, beleza e raridade dos objectos. Este coleccionador tem-se dedicado mais especificamente aos temas históricos portugueses tais como pelourinhos e brasões.

Para melhor esclarecimento dos leitores interessados daremos em futuros números informação mais especializada.

UM TEXTO DE ARNALDO AMARAL

O NATAL AMBICIONADO

É INVERNO! Talvez a estação mais detestada pela maioria dos habitantes deste nosso planeta mas, como tudona vida, ela tem os seus prós e contras no seu processo evolutivo, gerando assim o acumular lógico dos dias em semanas, multiplicando-se em meses, até penetrar no último que compe o nosso calendário. Começa então, como que impellido por forças sobrenaturais, um clima atmosférico, de um lento e suave perfume, a enleiar-nos. Não um perfume odalisco de mero e passageiro odor, mas sim algo belo e sublime, que se vai intensificando com o rolar dos dias, até ao fundo da nossa alma. E nós começamos a sorrir ao mais simples gesto, estendemos a mão a quem raramente cumprimentávamos, os nossos problemas familiares surgem-nos num campo de visão que nos leva a tentar resolvê-los com maior carinho e amor, e olhamos e aproximamo-nos mais da juventude, num sincero desejo de nos unirmos e destruir a barreira que criámos.

Caminhamos pelas ruas luminosas, entramos nos estabelecimentos desejados, e até um intencional encontro, que em dias anteriores poderia gerar um conflito, deixa-nos perplexos, sem saber quem primeiro se desculpou. Saímos para a rua e estendemos a mão — «talvez como que um exclusivo no decorrer do ano» — a quem todos os dias a estende. Sentimos também que nos lábios, no olhar, na maneira de ser e de agir dos que connosco se cruzam, há uma aberta espontaneidade de Paz, Amor e Humanidade. E essa bendita atmosfera sobrenatural que nos continua a envolver, cada vez com maior intensidade, explode em toda

a sua pujança, como que um despoletar de uma humanidade faminta de amor, na noite de 24 de Dezembro. Noite que o mais erudito não poderá descrever em toda a sua plenitude, porque a ela lhe foi dado o nome mágico de NATAL! Porque ela encerra o privilégio de destruir o mito do irrealismo, congregando o maior elo, «embora infelizmente fugaz», de maior amplitude na História da Humanidade. E nessa noite, a árvore que o simboliza, vistosamente ornamentada, e tendo a seus pés os mais diversificados embrulhos, de cores e formatos, reunindo à sua volta o agregado familiar bastas vezes ampliado, por aqueles que noutros países labutam por um nível de vida mais condigno.

Chegada a hora, as lembranças passam de mão em mão, os abraços, os beijos, e eco profundo de FELIZ NATAL ecoa, dispersando-se por esse Universo como que um sinal da agonia de uma pura semente lançada ao solo, que selvaticamente iríamos destruir nas suas ramificações com a nossa colaboração. Ramificações essas que poderiam, só por si, ser um repto lançado aos vindouros para a sua total unificação.

Mas, infelizmente, é o início do fim de um belo sonho e o caminhar imparável do tempo começa a mostrar-nos a nossa face.

A escolha de um bom restaurante é o primeiro passo no dia que se segue; o empolamento nos diálogos sobre as lembranças trocadas começa a definir-nos e, no ar, as primeiras palavras sobre a transição da quadra festivaesca que se aproxima, começam a ter prioridade nas palavras

trocadas. Mas o pobre, que não compreende esta brusca transição, pergunta: Porque não lhe estendem a mão? E o amigo surpreende-se por já não ser cumprimentado. E o lojista não sabe que pensar do cliente amável que atendeu e, agora, com gestos ríspidos e inconvenientes, lhe surge a reclamar. Os jovens já não encontram no seu seio o diálogo franco e aberto, compreensivo e atenuante, de duas gerações opostas. E toda aquela tão passageira atmosfera que nos rodeou e que lentamente se vai dissipando, vai-nos também mostrando quem somos e o mundo em que vivemos. Mas um dia virá em que, como um bloco e em uníssono, imploraremos:

Natal! Vem de novo e não mais nos abandones. É nesse clima de Paz, Amor e Fraternidade, que queremos para sempre viver.

É esse Universo de Igualdade e Humanidade que exigimos!

Vem, Natal! Ambicionado mas Eterno.

ARNALDO AMARAL

**TIRAGEM DESTA NÚMERO:
10 500 EXEMPLARES**

DELEGAÇÃO DE VISEU

Com o pedido de publicação na íntegra, recebemos da Direcção da Delegação de Viseu o artigo que transcrevemos em seguida.

Em sequência do que foi anunciado no «ELO» na sua edição n.º 114, relativo ao mês de Outubro, vamos continuar a dar informações sobre a nossa actividade destinada, essencialmente, aos sócios da área desta Delegação, bem como de iniciativas em curso ou a encetar.

Reuniões da direcção

Têm continuado regularmente as reuniões uma vez por semana. Os assuntos em análise têm incidido sobre diversos aspectos da vida associativa, quer a nível regional quer a nível nacional. Têm sido tomadas decisões importantes quanto ao funcionamento dos serviços e respectivo atendimento dos sócios e definidas as formas de acção inerentes a algumas iniciativas em curso. Efectuaram-se reuniões com o Conselho Fiscal da Delegação sobre questões relativas à responsabilidade de cada órgão social e matéria relacionada com a incumbência atribuída estatutariamente.

Serviços de apoio social

Mantém-se em ritmo vivo o tratamento dos assuntos bastante diversificados que no dia a dia se nos vai deparando. Tem-se feito um enorme esforço para se conseguir o seu escoamento no mais curto espaço de tempo evitando assim prejuízos aos sócios. No entanto, a manter-se o actual quadro de pessoal e dotação orçamental para o próximo ano, a redução da capacidade de resposta ao volume de expediente, será bastante afectada. A ser assim, a situação será alvo de consulta aos sócios em Assembleia Geral de Delegação, provavelmente a ter lugar em fins de Janeiro do próximo ano, que decidirá sobre as medidas a tomar.

Continua-se a expedir centenas de ofícios e a registar-se um elevado número de entradas de correspondência, mensalmente. Diariamente, deslocam-se diversos associados aos serviços, atingindo por vezes, o atendimento diário de dezenas de sócios.

Inscrições nas ADM's

Como é natural, tem-se verificado um movimento acentuado de sócios que desejam pro-

ceder à sua inscrição e familiares para beneficiar das condições a que as ADM's dão acesso. Desde fins de Setembro do ano em curso, estes serviços efectuaram cerca de 200 inscrições, nas ADM's dos três ramos das Forças Armadas, num total de mais de 700 cartões, com uma elevada percentagem relativamente ao Exército, como é óbvio. Nos casos da Força Aérea e Armada, temos procedido à inscrição directa e, no Exército, a inscrição é efectuada através do envio para a Sede de toda a documentação em ordem a ser remetida para a respectiva Repartição. Por esse facto, as inscrições no Exército são um pouco mais morosas. Até fins de Novembro já têm em seu poder os respectivos cartões de titular e familiares cerca de 70 sócios aqui inscritos, estando, desse modo, a beneficiar em pleno dos direitos consignados no Dec-Lei 434/AL-82 de 29. Out. Lembramos os camaradas que a inscrição pode ser efectuada através de correspondência, da forma que está expressa na circular n.º 20/83, de 20. Set., desta Delegação. De qualquer forma, repetimos que, o boletim pode ser solicitado a Viseu e depois de assinado pelo titular, deverá ser devolvido acompanhado da documentação inerente a cada caso, não esquecendo de ser colocado o nome dos filhos nas costas da respectiva fotografia, bem como ser indicado a data de nascimento da esposa.

A documentação de despesas com assistência e tratamentos médicos, sempre que o próprio não se possa deslocar à Unidade Militar mais próxima, pode ser enviada à Delegação de Viseu, nas condições referidas no ofício que acompanhou o envio dos cartões, e os documentos são válidos desde 1 de Julho do ano corrente.

Funcionamento especial da Delegação

Conforme noticiado no Jornal «ELO» n.º 114 de Outubro, esta Delegação estará em condições de tratar de todos os assuntos inerentes à sua existência, todas as Sextas-Feiras das 18h00 às 20h00 (com excepção se coincidir com feriado) e todos os primeiros sábados de cada mês.

Cantina

Procedeu-se a uma acentuada reestruturação do funciona-

mento da cantina e apetrechamento mobiliário que permitirão uma melhor prestação de serviços aos sócios. Foi também alargada a variedade de produtos expostos e respectiva quantidade com a adequada procura de qualidade. O acesso à cantina só é possível aos sócios e apesar da exiguidade das instalações e localização inadequada, tem-se verificado um movimento significativo de vendas. Para além de outras estruturas que as Delegações podem comportar, esta é uma de entre elas e que reflecte uma economia sensível nas despesas que os sócios, inevitavelmente, diariamente têm que suportar. A constante alteração de preços a que, inexoravelmente, ultimamente se tem vindo a assistir, na maior parte dos casos, não é notada no imediato pelos sócios que se abastecem na cantina, porque, o produto, existindo, em quantidade em stock, não é alvo da acção inflacionista, pelo menos, enquanto essa quantidade durar e for distribuída, sem açambarcamento, pelos utentes. Para além disso, apesar das margens de comercialização serem muito baixas, a existência de estruturas deste género poderão atenuar os encargos com os próprios serviços das Delegações, desde que administradas com zelo, honestidade e competência. Atendendo à actual situação social que o País atravessa e que se vai agravando, com insistentes apelos à austeridade e criação de impostos extraordinários, não se vislumbra, a curto ou médio prazo, uma melhoria sensível da conjuntura pelo que, os subsídios atribuídos pelo Estado, no nosso caso através do MDN, tenderão a ser reduzidos ou, quem sabe, extintos. Daí que, as delegações de menor envergadura serão as mais atingidas, correndo sérios riscos de desintegração. As grandes Delegações não têm esse problema, pelo menos de imediato, porque sempre beneficiaram da parte maior do bolo e, neste momento, são menos vulneráveis, embora, quanto à Sede, não sabemos o que aconteceria se o subsídio fosse pura e simplesmente cortado. Portanto, ponderadas as prioridades, com um investimento eficiente e na hora certa, será possível criar em algumas Delegações estruturas deste tipo e que a curto prazo podem suportar grande parte dos encargos das mesmas com os serviços de apoio social à sua massa associativa. A isto chama-se realidade regional ou local ou formas de sobrevivência. Não poderá recair apenas sobre os ombros dos sócios toda a responsabilidade de suportar financeiramente o funcionamento da ADFA através do pagamento de uma quota elevada, nomeadamente quando seja alterada de uma forma exagerada de um momento para o outro. Pensamos que, para além do dever da Nação no que respeita à compensação aos deficientes pelo pagamento de uma pensão, também lhe compete assumir a responsabilidade com a actividade dos organismos e e para deficientes, quer de sua orientação directa quer os orientados pelos próprios deficientes. Atirar para cima dos sócios com essa responsabilidade é anti-social e enfeudamento ao poder. Há que criar condições de rentabilidade nas estruturas existentes

e fomentar novas formas de receita sem sobrecarregar a massa associativa e não se ficar nos gabinetes alcatifados a viver às custas apenas da contribuição pecuniária dos sócios. É preciso trabalhar, diversificando, e aproveitando as potencialidades de cada Delegação, de cada trabalhador, enfim, gerindo mais eficientemente a nossa Associação sem descuidar a sua especificidade, seus estatutos e regulamentos. Através de iniciativas do género, é possível aumentar as receitas, beneficiando acentuadamente a massa associativa e, repare-se, o sócio ao fazer as suas compras através da ADFA economiza largos milhares de escudos anualmente e, ao mesmo tempo, está a contribuir para a manutenção do funcionamento da sua Associação. Por isso, pensamos, o futuro da ADFA dependerá de estruturas semelhantes. Assim, os sócios deverão canalizar, sempre que possível, as suas compras junto das Delegações que possuam ou venham a possuir tais estruturas.

Actualização de quotas

Prevê-se a realização de uma AGN para princípios de Janeiro. Para além de outros assuntos de interesse, será provável a apresentação de uma proposta do Conselho Nacional de aumento de quotas, sobre indicação da Direcção Central. Torna-se pública essa intenção, inserida na proposta orçamental para 1984, a reacção de dezenas de sócios que se deslocam a esta Delegação, ao dela tomarem conhecimento, é bastante enérgica no sentido de considerar que a alteração proposta está desinstitucional do mais elementar respeito pela sua situação socioeconómica, agravada pelas circunstâncias que atrás já referimos. Consideram que não de-

vem ser eles a pagar a crise, para a qual não contribuíram, nem tem culpa da alteração de quotas não se ter efectuado de uma forma suave, pelos anos fora desde a criação da ADFA e, em muitos casos, será insuportável um aumento de cerca de 140%, numa altura em que ainda estão a pensar como vão «desenrascar a massa» para pagar o imposto complementar extraordinário e etc. De qualquer forma, a AGN a realizar em princípios de Janeiro é que vai decidir. Por isso, a comparação dos sócios nessa AGN é importante, pois, o que decidirem os que lá estiverem, é o que vai ser aplicado a todos.

Senhas de gasolina

A Delegação de Viseu continua a obter junto do RIV senhas de gasolina para associados que previamente entregam a respectiva requisição e quantia nos seus serviços. Sem encargos para a ADFA, pois são os sócios que suportam as despesas com a prestação desse serviço considerado por alguns como fora do âmbito da Associação, opinião com a qual não concordamos, mensalmente, vão chegando até nós dezenas de pedidos que têm sido satisfeitos de acordo com as regras estabelecidas para o efeito pelas entidades militares. O atendimento e processamento desse benefício só é possível graças ao enorme esforço e abnegação do pessoal da Delegação imbuído do mais nobre espírito de solidariedade e sentido de dever para com a massa associativa.

Festa-convívio de Natal

Encontra-se na fase final a organização da Festa Convívio de Natal na sua edição de 1983, a ter lugar a 17 de Dezembro, no Auditório da Feira de S. Mateus, em Viseu. O programa é já do conhecimento de todos e pensamos que será do agrado geral. As lembranças para as crianças, já estão na Delegação. As inscrições são volumo-

sas, prevendo-se a presença de mais de três centenas de pessoas entre adultos e crianças. No próximo «ELO» daremos notícias através de uma reportagem desenvolvida. Prevê-se a presença da Televisão que deverá filmar e apresentar um documentário na sua programação específica.

Assembleia geral de delegação

De acordo com a decisão da Mesa de Assembleia-Geral desta Delegação, vai realizar-se a reunião dos sócios em AGN no dia 28 (vinte e oito) de Janeiro de 1984, pelas 14 horas, na cave do Edifício dos Bombeiros Voluntários, em Viseu, conforme convocatória publicada no local desta edição do «ELO».

Como se verifica, da ordem de trabalhos constam dois pontos bastante importantes para a vida da nossa Delegação e da ADFA. Sobre o relatório de actividades e contas, os sócios vão apreciar e julgar os actos da gestão da Direcção da Delegação e dar a sua sentença.

Quanto ao segundo ponto, a Direcção pensa apresentar para discussão diversa documentação sobre questões muito importantes para a vida associativa, tais como, análise da acção da ADFA nos últimos anos, situação de diversos projectos de leis que continuam nas gavetas, situação associativa, com realce para a proposta orçamental para 1984, inquérito movido a sócios por denunciarem actividades irregulares de gestão, aumento de quotas, 10.º aniversário da ADFA, cantina e perspectivas para o ano de 1984.

Trata-se de uma Assembleia muito importante e as decisões que por ventura se venham a tomar deverão, quanto a nós, ter a participação bastante elevada dos sócios, pois, nas suas mãos estará o futuro da Delegação de Viseu. Desse modo, também é muito importante a deslocação a Lisboa para participação na AGN a ter lugar, provavelmente, no dia 14 de Janeiro.

DELEGAÇÃO DE FAMILIÇÃO FESTA DE NATAL E SORTEIO

Numa curta visita à delegação de Famalicão, soube-mos que a sua festa de Natal vai contar com 175 sócios inscritos e 330 crianças, vindo 80% das despesas com a mesma a ser suportada pelas receitas do sorteio feito de uma televisão a cores (que coube ao n.º 6069), de uma máquina de café (ao n.º 7714) e de um rádio portátil (ao n.º 9459), tendo os números sido determinados pelos quatro últimos algarismos dos três prémios grandes da última lotaria de Novembro.

CÂMARA MUNICIPAL CEDEU NOVA SALA À DELEGAÇÃO

Passou também a delegação de Famalicão a dispôr de mais uma sala, bastante ampla, no edifício onde está instalada actualmente, tendo a mesma sala sido cedida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Compensando as instalações exíguas actualmente existentes (uma única sala, onde tem funcionado o bar e a um canto da mesma sala um cubículo para atendimento dos sócios e o serviço de expediente), a melhoria das instalações vai ser o arranque para uma nova dinâmica da delegação de Famalicão.

APARELHAGEM USADA VENDE-SE

Aparelhagem com rádio FM e AM, gira-discos, gravador e leitor de cassetes. Stereo. White Pointe. Um ano de uso. 30.000\$00 (trinta mil escudos). Manuel Marcelino A. Alvino, Rua do Vale da Cerca — 7625 Ervidel — Baixo Alentejo.

DELEGAÇÃO DE VISEU ASSEMBLEIA GERAL CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sócios da área de acção da Delegação de Viseu, em pleno gozo dos seus direitos associativos, para uma reunião da Assembleia Geral desta Delegação, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º e alínea b) do Art.º 49.º dos Estatutos, a ter lugar no dia 28 (VINTE E OITO) de Janeiro de 1984, pelas 14 horas, na cave do Quartel dos Bombeiros Voluntários em Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Apreciação e votação do relatório de actividades e contas da Direcção e respectivo parecer do Conselho Fiscal da Delegação relativamente ao exercício de 1983.

2.º — Análise e medidas sobre diversos aspectos de índole associativa.

Viseu, 7 de Dezembro de 1983.

A. M. A. G. D.

DELEGAÇÃO ENCERRA DE 19 A 26 DEZ.

Em virtude do pessoal da Delegação de Viseu estar empenhado num esforço suplementar para realização da Festa Convívio de Natal de 1983, a ter lugar no dia 17, bem como a própria quadra natalícia na semana seguinte, se comunica aos sócios da área de

acção que a Delegação se encontrará encerrada nos dias 19 a 26 de Dez. 83.

Entretanto, no dia 17, ou seja, no próprio dia da Festa de Natal, a Delegação estará a funcionar para tratamento de assuntos urgentes.

FESTA DE CONVÍVIO DE NATAL DOS SÓCIOS DA MADEIRA

Realizar-se-á uma Festa de convívio de Natal, organizada pela Delegação da Madeira da ADFA, no próximo dia dezoito de Dezembro, conforme o programa que a seguir transcrevemos.

Não está prevista a distribuição de prémios, devido aos encargos financeiros que acarreta.

PROGRAMA

Dia 18 de Dezembro de 1983 (Domingo)

12H30 — Missa por intenção dos nossos associados já falecidos, celebrada pelo Reverendo Padre Capelão Militar da Zona Militar da Madeira, na Capela do Recolhimento do Bom Jesus, à rua do Bom Jesus n.º 3, Funchal.

13H30 — Almoço de confraternização para sócios e seus familiares (esposa e filhos), no Ateneu Comercial do Funchal, à Rua dos Ferreiros, oferecido pela Delegação.

15H00 — Pequeno intervalo para diálogo.

15H30 — Início da tarde musical e cultural, a executar por um grupo de sócios.

17H30 — Intervenção da direcção da Delegação, seguida da projecção de filmes, se possível.

PÁGINA DESPORTIVA

BASQUETEBOL E FUTEBOL EM SETÚBAL

Por ocasião da inauguração da nova delegação de Setúbal da ADFA, no dia 11 de Dezembro, realizaram-se no Pavilhão do Clube Naval Setubalense, um jogo de basquetebol em cadeira rodas e um jogo de futebol de salão. Estava também programada uma exibição de tiro com arco que se não chegou a realizar por falta de tempo.

BASQUETEBOL

O jogo de Basquetebol em cadeira de rodas efectuou-se entre as equipas da

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO SUSPENDE CURSO DE LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA

O I Curso de Língua Gestual Portuguesa iniciado no ano lectivo de 1982-83 com o apoio financeiro e logístico do Secretariado Nacional de Reabilitação encontra-se suspenso em virtude de este Organismo ao fim de quatro meses ter deixado sem resposta os pedidos sobre o apoio à continuação do mesmo que lhe foram apresentados pela Associação Portuguesa de Surdos a qual é responsável por esta iniciativa.

Ao fim de três meses que já se perderam na continuidade do aludido curso no corrente ano lectivo, os 50 alunos que o frequentavam encontram-se impedidos de prosseguir na aprendizagem de uma língua que lhes é deveras importante tanto para a sua vida profissional como pessoal. Efectivamente, frequentaram este curso professores de educação especial de deficientes auditivos, terapeutas da fala, educadoras de infância, psicólogos, familiares de surdos e funcionários de organismos governamentais.

A Associação Portuguesa de Surdos considera que a interrupção deste curso, é da exclusiva responsabilidade do Secretariado Nacional de Reabilitação, vai trazer consequências nefastas para a real integração dos surdos na sociedade e anulam todo o trabalho feito anteriormente neste domínio.

ADFA e do Alcoitão, o CMRA venceu por vinte e três-dezasseis. A exibição caracterizou-se por uma grande animação e por um elevado rigor técnico-táctico. O Alcoitão começou a partida jogando com grande rapidez e espírito atacante, tendo desta forma conseguida surpreender a nossa equipa, de tal forma que ao intervalo o resultado se encontrava em dezasseis-dois. Na segunda parte a ADFA conseguiu refazer-se um pouco desta manobra, mas já tarde de mais para alterar o resultado a seu favor, tendo o resultado final ficado por vinte e três-dezasseis. A arbitragem foi feita por dois árbitros de Lisboa. A mesa foi dirigida pela

pas de sócios da ADFA: a A e a B, tendo a A goleado os seus valorosos adversários por quatro-um. O jogo foi arbitrado pelo Borges e cronometrado pelo Sobral, que na eventualidade se saíram muito bem da incumbência, vivos e inteiros. A claque manifestou-se ruidosamente por cada uma das equipas, conforme lá tinham ou não familiares. E ainda há quem diga que as mulheres não gostam de futebol!

DISTRIBUIÇÃO DOS TROFÉUS

Os troféus foram distribuídos a seguir ao almoço.

Ataça do primeiro classificado em basquetebol foi entregue a Rui Alarcão, treinador da equipa do Alcoitão. José Rosa agradeceu aos atletas e aos técnicos do CMRA, em nome de todos os deficientes das Forças Armadas, toda a colaboração prestada. Os presentes homenagearam os hossos convidados com uma grande salva de palmas.



gação de Setúbal organizará um torneio de basquetebol em cadeira de rodas com quatro equipas.

Realçamos a colaboração prestada pelo Clube Naval Setubalense, que cedeu gratuitamente a utilização do pavilhão, assim como a colaboração da Câmara Municipal de Setúbal que emprestou a aparelhagem sonora.

ENTREGA DE TAÇAS À ADFA E À A. P. S.

Exposição Fotográfica e Filumenismo

Realizou-se a entrega das taças na sala onde estava patente a exposição fotográfica comemorativa do 9.º Aniversário e após a abertura da mostra filumenística, José Arruda dirigiu breves palavras de agradecimento sincero aos organizadores da exposição fotográfica e da mostra filumenística.

As chuvas e inundações de 19 de Novembro limitaram as actividades desportivas, de modo a que só foram entregues as taças referentes ao jogo de futebol de salão entre a ADFA e a Associação Portuguesa de Surdos, tendo a corrida em cadeiras de rodas, do Marquês de Pombal ao Rossio, sido cancelada.

Foi a taça do primeiro lugar entregue à equipa da ADFA e a do segundo à equipa da A. P. S., tendo José Arruda, da Direcção Central, aproveitado a cerimónia da entrega das taças para referir os nove anos de trabalho que a comemoração do 9.º aniversário do Elo significou, e para felicitar a presença da A. P. S. e reconhecer a vontade da A. P. S. que como nós sente a marginalização.

FUTEBOL DE SALÃO ADFA-ASS. PORT. SURDOS (7-1)

O Jogo de futebol de salão entre uma equipa de sócios da ADFA e uma equipa da Associação Portuguesa de Surdos, realizado no passado dia 19 de Novembro e incluído no programa das comemorações do 9.º Aniversário do «ELO», saldou-se por uma vitória (7-1) favorável à equipa da ADFA. Note-se que as catastróficas inundações do dia 19 de Novembro interferiram também no encontro, pois a equipa da A.P.S. não alinhou com todos os jogadores, dada a impossibilidade dos seus jogadores de Odivelas e Loures se deslocarem até ao pavilhão gimnodesportivo do Belenenses, no Restelo. Para que se pudesse estabelecer ao menos a igualdade do número de jogadores, a equipa da ADFA cedeu à A.P.S. o sócio Martins, o que logo acentuou o carácter recreativo e de confraternização do encontro.

Pela ADFA alinharam os seguintes jogadores: Miranda, Lucílio Dias, Vítor Sousa, Botelho da Costa, António Cruz; pela A.P.S., alinharam Farraguas, Tony, Valdemar e Filipe; e também o sócio da ADFA, Martins. A arbitragem esteve a cargo do César, sócio da ADFA, não tendo havido dificuldades de comunicação com os jogadores da equipa da A.P.S., todos eles com acentuados graus de surdez. O jogo iniciou-se com um grande atraso, às 12.45, tendo a 1.ª parte terminado às 10.05, 5-1 no marcador, e a 2.ª parte às 13.40, resultado final 7-1.

Dada a referida impossibilidade de comparência de jogadores da A.P.S., não constituiu este jogo um autêntico medir de forças entre a ADFA e a A.P.S., tendo a equipa da ADFA sido constituída um pouco ocasionalmente. Num próximo encontro, dado o facto de a equipa da A.P.S. treinar regularmente no campo Domingos Savio (aos Prazeres), uma vez por semana, e a prática do futebol de salão se ter tornado na ADFA meramente recreativa, talvez a «goleada» se venha a inverter.

CEGOS PORTUGUESES IRÃO ÀS OLIMPIADAS DE XADREZ

Realizou-se nas instalações da ADFA, nos passados dias 26 de Novembro a 2 de Dezembro, um torneio de xadrez, disputado por jogadores cegos.

Este torneio teve como objectivo o apuramento e selecção da equipa portuguesa que, irá participar nas Sétimas Olimpíadas de Xadrez para cegos, a disputar no próximo ano de 15 a 29 de Abril, em New Jersey, E. U. A.

Neste torneio, os primeiros quatro classificados, que representarão o País, são os seguintes: Carlos Mimoso, António Aveiro, Pedro Ribeiro e José Carvalho. Como jogador suplente, José de Almeida. Todos estes jogadores fazem parte da União dos Cegos Xadrexistas de Lisboa.

Para melhor esclarecimento apresentaremos uma entrevista no próximo número do «ELO».



O Alcoitão ao ataque

ex-jogadora de basquetebol, Chiu Arruda com a sua habitual simpatia e espírito de colaboração.

FUTEBOL DE SALÃO

O jogo de futebol de salão realizou-se entre duas equi-

A equipa da ADFA ofereceu a sua taça à delegação de Setúbal.

A taça de futebol de salão foi entregue ao capitão da equipa A.

José Rosa prometeu que para o ano que vem, a dele-

A DGD-Delegação de Setúbal, apesar de se ter comprometido a apoiar estas realizações, não só não o fez, como nem tão-pouco compareceu no pavilhão, o que é de lamentar.

CENTRO OFICIAL DE MEIOS ORTOPÉDICOS DE ÉVORA ADMISSÃO DE CANDIDATOS À CARREIRA DE TÉCNICO DE PRÓTESES

Está aberto concurso para admissão de um candidato à carreira de técnico de próteses para o Centro Oficial de Meios Ortopédicos que funcionará na Delegação de Évora.

Os interessados deverão apresentar as suas candidaturas por escrito até às 18 horas do dia 26 de Dezembro do corrente ano, no Gabinete dos Órgãos Sociais/Sede — Largo de S. Domingos — LISBOA.

O candidato a admitir iniciará a sua formação profissional como estagiário no C.O.M.O. do Porto.

Poderão concorrer sócios, familiares ou outras pessoas, desde que obedeçam às seguintes condições;

- Não possuam deficiência de carácter motora que o impossibilite de permanecer em pé ou provoque limitação de movimentos;
- Não possuir deficiências do aparelho respiratório, nem nos membros superiores;
- Ter noções de medidas lineares em polegadas e angulares.
- Propensão para o trabalho manual.

A selecção far-se-á através de exame e prova prática a prestar perante uma equipa técnica e clínica do C.O.M.O. do Porto

C. ART. 2574 — CANGAMBA PARA FUTURO ENCONTRO

Contactem C/ o Sá das Transmissões para o telef. 28502 da Figueira da Foz ou para Apartado 212 — 3082 Fig. da Foz Codex

VENDE-SE BARATO

MÁQ. TRICOT,
MANUAL,
POUCO USO

Tel. 328261, Ext. 338

Sócio MENDES

LEI ORGÂNICA DO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO VAI SER ALTERADA

• ASSOCIAÇÕES DE DEFICIENTES ESTÃO A SER OUVIDAS

Dando cumprimento ao prometido no acto de posse, o Secretário Nacional de Reabilitação accionou já os mecanismos necessários conducentes à alteração da Lei Orgânica do Secretariado. Para o efeito, nomeou, em meados de Novembro, um Grupo de Trabalho interno para proceder aos trabalhos preparatórios de um anteprojecto de diploma.

Este grupo de trabalho, numa primeira fase, solicitou às Associações de deficientes um parecer, contendo críticas à actual Lei Orgânica e sugestões de alteração.

A ADFA enviou já o seu parecer, baseado essencialmente, nas críticas feitas publicamente quando da publicação do Decreto-Lei N.º 355/82, de 6 de Setembro, e nas conclusões do seu 2.º Congresso Nacional sobre esta matéria.

A ADFA não pode deixar de se congratular com esta iniciativa do Secretário Nacional de Reabilitação, o primeiro passo necessário para que a nova orientação do Secretariado possa fazer-se sentir. Isto corresponde, aliás, à satisfação de uma das reivindicações da ADFA mais insistentemente feitas ultimamente.

Há a registar o facto de as Associações de deficientes estarem a ser ouvidas neste processo, o que não sucedia antes. Efectivamente, a Lei Orgânica inicial do Secretariado (elaborado com a participação dos deficientes) tinha já sido alterada por duas vezes, sempre num

sentido negativo, sem que as Associações tivessem sido consultadas. A primeira alteração teve lugar em fins de 1980, através do Decreto-Lei N.º 574/80, o qual extinguiu a CMRA e introduzia alguns pormenores despropositados da estrutura do Secretariado. A segunda alteração que subverteu totalmente a orgânica inicial, verificou-se em Setembro de 1982, através do Decreto-Lei N.º 355/82. Em ambas as alturas a ADFA reagiu energicamente, não se conformando com as alterações introduzidas, já que as mesmas se enquadravam numa política nacional de anti-reabilitação, não claramente assumida pelos governos de então.

Espera-se, agora, que a nova Lei Orgânica do Secretariado não só recupere o espírito inicial do Secretariado, como contemple alguns aspectos novos que entretanto a experiência de funcionamento aconselha e as Associações vêm reivindicando. Foi nesse sentido que este primeiro parecer da ADFA foi elaborado.

As Associações terão ainda oportunidade de se pronunciar mais uma vez, dado que o anteprojecto de diploma, depois de elaborado pelo Grupo de Trabalho interno, lhe será enviado para emitirem o seu parecer.

Há que relançar e dignificar o Secretariado Nacional de Reabilitação e a alteração da sua Lei Orgânica será um bom ponto de partida, desde que haja a

coragem necessária para introduzir as disposições oportunas. Uma das fundamentais será, obviamente, a reposição dos poderes deliberativos do Conselho Nacional, que tinha sido transformado em mero órgão decorativo com o seu carácter consultivo. A representação das Associações no Conselho Nacional deverá, no entender da ADFA, ser revista, levando-se em consideração a realidade associativa e representativa das organizações, de molde a que os vários tipos de deficientes possam fazer ouvir a sua voz no mais importante órgão da reabilitação e não como vinha sucedendo, a voz de quem nada em a ver com a força reivindicativa dos deficientes e com os seus ideais. Importante se torna, também, que se recupere a obrigatoriedade de audição das Associações de deficientes para a nomeação do Secretário Nacional.

A acção do Secretariado Nacional de Reabilitação não se pode limitar à de um simples corpo de técnicos que elaboram os seus estudos e emitem os seus pareceres sem reflexos reais na situação dos deficientes portugueses. Deverá afirmar-se como sede de planeamento e coordenação de toda a reabilitação, desde os projectos de medidas legislativas a aprovar pelo Governo, às acções de reabilitação que decorrem pelos diversos Ministérios. Para isso torna-se necessário redefinir as competências do Conselho Na-

cional de Reabilitação e a qualidade da representação dos Ministérios neste órgão, de molde a que as suas deliberações sejam realmente vinculativas.

Há ainda a realçar, entre outros, um aspecto fundamental: a regionalização do Conselho Nacional de Reabilitação. O aproveitamento das potencialidades e disponibilidades regionais no domínio da reabilitação, nomeadamente das autarquias e delegações das Associações, é urgente e vital para os deficientes. Com a criação de Conselhos Regionais de Reabilitação, dar-se-ia uma dimensão verdadeiramente nacional ao Secretaria-

do, quer pela sua implantação, quer pelo desenvolvimento de recursos e potencialidades quer ainda por alargar a problemática dos deficientes aos órgãos locais resultantes da vontade popular, com ela os comprometendo. De igual modo, como a ADFA defendeu já no seu 2.º Congresso, o próprio Conselho Nacional deveria reflectir, a nível da sua composição, as forças vivas da sociedade portuguesa, nomeadamente as centrais sindicais e as associações patronais.

Relativamente à situação específica dos Deficientes das

Forças Armadas, a ADFA pensa que a nova Lei Orgânica do Secretariado deverá remeter para o Ministério da Defesa Nacional a coordenação do tratamento dos seus problemas específicos, nomeadamente no domínio processual e das acções de reabilitação e assistência levadas a efeito pelas estruturas militares, tal como vinha sucedendo com a Comissão Militar de Reabilitação e Assistência, sem prejuízo do seu enquadramento pelo Secretariado Nacional de Reabilitação no âmbito do estudo e definição das medidas globais de reabilitação.

CALENDÁRIO DA ADFA PARA 1984



Está já a ser distribuído o calendário da ADFA para 1984. Encimado por um expressivo desenho alusivo ao 10.º aniversário da Associação, da autoria de Vítor Paula, o calendário está já a ser distribuído pelos diferentes departamentos do Estado e serviços públicos ligados à problemática dos deficientes e de reabilitação, bem como pelos partidos políticos, sindicatos, associações de deficientes e outras organizações.

Os sócios da Associação e os leitores do "ElQ" que durante o mês de Dezembro ou nos primeiros dias de Janeiro passem pela Associação poderão adquirir o calendário, ao preço de 20\$00 cada exemplar.

O calendário da ADFA vem ganhando uma certa tradição através da sua saída regular nos últimos anos e da sua distribuição feita pelos organismos e organizações referidos, onde fica, assim, assinalada a nossa presença durante todo o ano. Este tem sido um meio importante de dinamização da Associação e dos seus objectivos, contribuindo em grande medida para a interiorização da ideia sobre a existência dos Deficientes das Forças Armadas e os problemas com que continuam a debater-se para conseguirem a sua integração social.

SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO VISITOU A TIPOGRAFIA DA ADFA

Depois de ter visitado a Sede da ADFA, no passado dia 25 de Outubro, o Secretário Nacional de Reabilitação, Bobela da Mota, esteve na tipografia da Associação, no dia 16 de Novembro.

A intenção do Secretário Nacional de Reabilitação foi inteirar-se directamente da forma como funciona uma oficina com uma percentagem elevada de grandes deficientes entre os seus trabalhadores, tendo ficado sensibilizado com a sua laboração em pleno.

A ADFA tem vindo a dar bastante atenção à tipografia, tentando garantir a sua autosuficiência através de trabalhos realizados para o exterior, especialmente para alguns serviços estatais. Mas o que se tem em vista é a sua transformação numa oficina de trabalho protegido, de acordo com o diploma publicado sobre esta matéria já há bastante tempo, mas que ainda não está regulamentado nem a ser aplicado.

A visita do Secretário Nacional de Reabilitação re-

vestiu-se de grande oportunidade, pois tomou directamente conhecimento de um problema cuja solução é urgente — o trabalho protegido. Viabilizar, através desta modalidade, as oficinas onde trabalham grandes deficientes e criar outras para colocação daqueles que não conseguem emprego no trabalho competitivo, é a finalidade desse diploma, que urge aplicar. Espera-se que o Secretário Nacional, no âmbito da sua actuação, tome as necessárias medidas nesse sentido.



Bobela da Mota na Tipografia da ADFA